



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Ata n.º 9**

### **5.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 29 de setembro de 2014**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Jorge Luís Lourinho Mangerona, António Parente (em substituição de António Pires Ventura, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Fernando José Patrão Areias, Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Diogo Júlio Cleto Serra, Vera Alexandra Narciso Caixeiro, Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Artur Jorge Coelho Correia. -----

O Presidente da mesa, Jorge Mangerona, depois de efetuada a chamada deu por aberta a sessão eram 21:10 horas.-----

### **Intervenção do Público:**

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da mesa da Assembleia deu a palavra ao público presente na sala, informando que dispunham de um período máximo de cinco minutos para colocarem as questões que pretendessem. Não houve qualquer intervenção a registar. -----

Solicitando o uso da palavra, o Senhor Manuel Vilela, disse estar ali em representação do Centro Cultural e Desportivo “Ases do pedal”, o qual celebrava 15 anos de existência, no próximo mês de outubro. Salientou o facto de que já por várias vezes, em reuniões com a Presidente da Câmara, terem suscitado a questão dos arranjos exteriores da sede, na zona industrial. Os elementos do Centro demonstraram, mais do que uma vez, toda a disponibilidade para a execução das obras nos passeios e ofereceram o trabalho, desde que a autarquia cedesse o material. Contudo, até à data, não obtiveram resposta do executivo. Enviaram, recentemente, à Presidente da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Câmara, dois e-mails para uma limpeza das ervas em redor da sede, mas também não obtiveram qualquer resposta. Também já tinha alertado, pessoalmente, o Vereador do desporto quanto à falta de contacto e consideração da autarquia. Posto isso, decidi ir àquela Assembleia perguntar se seria necessário algum requerimento especial, para que vissem atendidos os vários pedidos já efetuados. O Centro pagava o imposto de IMI e mereciam, no mínimo, uma resposta da Presidente da Câmara.-----

A Presidente da Câmara informou que a questão foi respondida na altura e lembrou que o problema era e continuava a ser a falta de material. Lamentou que assim fosse. -----

Solicitando o uso da palavra, enquanto cidadão, Jorge Isidro perguntou se o Presidente da Assembleia já teria recebido resposta da parte da Presidente da Câmara, ao documento que o próprio tinha enviado em 02.07.2014? -----

O Presidente da mesa informou que a resposta já tinha sido recebida e que se encontrava na posse dos serviços administrativos. -----

Novamente no uso da palavra, Jorge Isidro pretendeu acrescentar que já tinha sido cortada a erva em volta do posto de abastecimento, mas a manutenção das barreiras junto ao mesmo eram ignoradas. Considerava estranho os serviços da Câmara terem limpo as barreiras junto a um hotel que se encontrava encerrado e, logo ali ao lado, tal não aconteceu. -----

A Presidente da Câmara disse que as mesmas já tinham sido limpas.-----

### **Período antes da Ordem do Dia:**

O Presidente da mesa deu a conhecer a todos os presentes o expediente recebido pelo apoio administrativo daquela Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, Rui Simplício requereu à mesa que lhe fizessem chegar a correspondência trocada com as instituições e o suporte em disco do que tinha sido enviado para a Inspeção Geral das Finanças. Queria também receber a troca de correspondência aludida pela fundação Robinson e a PCM. -----

O Presidente da mesa registou o pedido. Contudo, lembrou que, relativamente à fábrica do Bagaço, a documentação já tinha sido toda enviada.

Solicitando o uso da palavra, Conceição Grilo, relativamente à entrega dos estatutos da Fundação Robinson, perguntou a que título é que lhes foi entregue



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aquela cópia dos mesmos e qual tinha sido a deliberação da proposta que tinha sido enviada para a Presidência do Conselho de Ministros.

O Presidente da mesa informou que tinha sido um comprometimento seu, da última sessão da Assembleia, a requerimento da bancada da CDU, a qual tinha solicitado aqueles estatutos.-----

O Presidente da Mesa disse ainda que aquela era uma casa que deveria honrar os seus membros, tanto na vida, como na morte e perante o conhecimento que teve do falecimento do senhor José Tomás Transmontano Trindade, que foi Vereador da Câmara Municipal e também membro da Assembleia Municipal, nos anos 90, considerando a disponibilidade por ter estado na causa comum que era Portalegre, propôs a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do senhor Trindade. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar pelo falecimento do senhor José Tomás Transmontano Trindade, bem como dar conhecimento à família. -----

Solicitando o uso da palavra, Hugo Capote disse que não foi possível apresentar ali, por questões burocráticas, o documento estratégico que a CDU tinha apresentado. Perante tal facto, propôs a realização de uma sessão extraordinária, para discussão do mesmo, de modo a que fossem debatidas as medidas nele presente e, se possível, incluídas em sede de orçamento para 2015. -----

O Presidente da mesa disse que o documento estratégico tinha sido apresentado e sofreu algumas adendas por parte do PS. Entretanto, ainda não o tinha enviado para conhecimento de todos os elementos da Assembleia. Acerca da proposta da reunião extraordinária, colocou à consideração dos outros grupos a aceitação, ou não, da mesma.-----

Novamente usando da palavra, Hugo Capote disse ter enviado o documento para o e-mail do Presidente da mesa.-----

Usando da palavra, Luís Testa disse que o PS subscrevia o documento da CDU.-----

O Presidente da mesa disse que, uma vez que a proposta estava subscrita por um terço dos presentes, cumpria a norma que tornava imperativa a realização da sessão extraordinária, a qual seria agendada para o final do mês de outubro.-----

No uso da palavra, Jorge Isidro pediu esclarecimentos acerca do requerimento que tinha ido a reunião de Câmara em 02.12.2013, relativo ao pedido para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

aprovação de um regulamento para venda ambulante. Saliou que a publicação em edital não reproduzia fielmente o que tinha sido deliberado em reunião, implicando a publicidade parcial do ato administrativo em questão. Com efeito, não podia ser publicado um ato sem que estivesse devidamente anunciado o conteúdo e o sentido da decisão. Perante tal facto, perguntou ao executivo o que é que tinha sido feito ao requerimento datado de 28.10.14, que deu origem à deliberação para retirar o assunto, para que os serviços se pronunciassem. Em segundo lugar, perguntou qual o fundamento utilizado para que o executivo se tivesse voltado a pronunciar, do modo como o fez, relativamente a um segundo requerimento, datado de 22.01.14. Qual tinha sido o fundamento legal que tinha servido de suporte ao ato administrativo praticado pelo executivo, em relação ao edital em causa. Por último, perguntou se o executivo chegou a admitir o erro e o que tinham feito para o corrigir. -----

A Presidente da Câmara disse que as questões teriam de lhe ser colocadas por escrito, para uma melhor análise e respostas.-----

O Presidente da mesa solicitou que o Senhor Jorge Isidro entregasse ali o documento em questão ou cópia do mesmo. -----

No uso da palavra, Hugo Capote, relativamente à situação de carência financeira da Escola de Artes do Norte Alentejano, disse que sendo certo que não passava por aquela Assembleia a resolução para o problema, a mesma se deveria pronunciar sobre uma instituição que fazia 30 anos na cidade e que tinha mais de 300 alunos e cerca de 30 funcionários. Como tal, parecia ao grupo da CDU, que era essencial tomarem uma posição ou decisão unânime. Portanto, propôs a votação de uma moção que iria ler de seguida: -----

### **Moção – CDU (Hugo Capote)**

“Tendo tido conhecimento factual, muito recentemente, e não apenas informal sobre a situação de extrema debilidade financeira da Escola de Artes do Norte Alentejano, que terá inclusivamente condicionado um pedido de insolvência da escola, entretanto recusado pela Assembleia geral da mesma, a CDU, recusando desde já qualquer protagonismo e, pelo contrário, esperando ter associados todos os eleitos da Assembleia Municipal de Portalegre, exorta o executivo da Câmara Municipal de Portalegre a enveredar todos os esforços possíveis para salvar, e este será o termo mais correto, tal a gravidade da situação, a Escola de Artes do Norte Alentejano. Estamos bem conscientes dos constrangimentos financeiros e dos condicionalismos legais a que a Câmara Municipal de Portalegre está sujeita, mas esta Assembleia Municipal acredita que uma solução é possível e solidariza-se com o executivo, qualquer que seja a solução encontrada. Achamos que a Escola de Artes representa um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

património cultural, artístico, pedagógico e mesmo económico demasiado importante para o vermos desaparecer, sem nada fazer.”

O Presidente da mesa disse que, como sócio que era daquela instituição, também representava ali o sentimento de alguns portalegrenses, tinha desenvolvido esforços no sentido de ultrapassar a situação. Tinha estado em permanente contacto com a Presidente da Câmara e com outras entidades para tentar resolver o problema. Sabia, inclusive, que tinha havido naquele dia uma reunião da direção da escola com três presidentes de Câmaras e com a comissão administrativa. -----

A Presidente da Câmara informou que o assunto preocupava a todos de sobremaneira, por tudo aquilo que aquela escola representava e por todos os que dela faziam parte. Os três Presidentes da Câmara de Portalegre, Sousel e Ponte de Sôr, após a reunião, tinham apresentado aos professores uma solução para a escola, a qual passaria pelas próprias autarquias, pelo atual conselho de administração, pelos professores e também pela antiga direção. Foi exposto o modelo preconizado para que a escola tivesse viabilidade, estava a ser analisado e parecia-lhe possível ter a referida escola a funcionar brevemente. Não podia adiantar mais nada. -----

No uso da palavra, João Cardoso disse que o grupo do CLIP concordava com o teor da moção apresentada pela CDU e propôs que em vez de ficar mencionado o grupo da CDU, ficasse os membros da Assembleia Municipal.-

No uso da palavra Luís Testa disse que o PS se solidarizava com a moção e, a eles, não os escandalizava em nada que a mesma fosse subscrita pelos proponentes porque, na democracia, as pessoas tinham de ter cara e foi, de facto, a CDU que levou a moção em causa àquela Assembleia Municipal. Estavam, pois, disponíveis para votar a favor.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo pretendeu manifestar a sua concordância com o teor da moção, pois todos estavam preocupados com a situação daquela instituição, que era importante para a região. No entanto, discordava da intervenção do partido socialista, porque a questão principal não era o documento, nem quem o propunha e que o documento, ao ser aprovado era daquela Assembleia. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção. -----

O Presidente da mesa apelou ao deputado ali presente e aos demais para que providenciassem os esforços necessários para resolver o problema do ensino



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

articulado, o qual se encontrava ainda indefinido nas diversas escolas espalhadas pelo país.-----

Pedindo o uso da palavra, Rui Simplício disse estar de acordo com as palavras anteriores e acrescentou que o ensino articulado estava a ser desarticulado pelo próprio governo. Portanto, esperava que o deputado ali presente tivesse, provavelmente, uma posição sobre o ensino articulado que não correspondesse ao do governo. -----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo disse aceitar de bom grado a incumbência, mas que estava ali enquanto membro daquela Assembleia. Quanto à réplica do elemento do PS disse que não era muito interessante enveredar por aquele tipo de discussão. Os problemas atuais do ensino articulado tinham a ver com o passado, independentemente da perspetiva política.-----

No uso da palavra, Luís Testa lançou um repto ao Presidente da Assembleia Municipal, para que a mesa da assembleia fosse reconstituída. Na sua opinião, faria todo o sentido que houvesse outro membro daquela Assembleia, ainda que ad hoc, para completar a constituição da mesa. Quanto à definição do método de eleição, assim como à eleição do membro em falta, achava que a questão já tinha ultrapassado a fronteira jurídica e tinha passado a ser uma questão política. Portanto, esperava que o Presidente da mesa colocasse uma proposta para elegerem, sem mais demoras, o membro em falta. Por outro lado, questionou a Presidente da Câmara sobre um requerimento que já por duas vezes tinha sido apresentado, ao qual não tinha tido ainda resposta e que tinha a ver com um contrato, por ajuste direto, com a sociedade de advogados, que elaborou um parecer para o município, relativamente a uma conta do BPI, sobre o CAEP. Gostaria também de ver o recibo daquela sociedade, por forma a que todos ali ficassem esclarecidos, de uma vez por todas. Tal ausência de informação criava uma nebulosa sobre aquela questão. Acrescentou que no parecer dado à Câmara seria necessário ter-se a garantia de que tinha sido para defender os interesses do município de Portalegre. Tal só se verificava se tivesse sido o município a pagar aquele parecer. -----

O Presidente da mesa informou não ter problemas em tomar a decisão atrás referida. Contudo, lembrou que o parecer só tinha chegado a 8 de julho e que havia membros da assembleia que não concordavam com o mesmo, devendo esse assunto ser acordado na conferência de representantes, no início de setembro. Mais disse que à última conferência de representantes faltou um elemento, Sara Cid e não foi tomada ainda qualquer decisão.-----

Usando da palavra Luís Testa disse que o parecer não era conclusivo relativamente à questão colocada e nem sequer respondia à mesma. Naquela



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

medida e tendo em conta o facto da Assembleia Municipal de Portalegre se encontrar com menos um elemento na mesa, a questão passou a ser eminentemente política. Mais disse que a simbologia de terem uma mesa composta na sua totalidade era bem diferente de terem uma mesa “desasada”. Perante tal, lembrou ali que o PS subscreveria qualquer proposta que o Presidente da Assembleia tomasse, naquela matéria. -----

O Presidente da mesa informou que o repto estava aceite e que o problema seria resolvido. Lembrou que, apesar de tudo, a mesa tinha valor e significado jurídico. Mais referiu que a questão seria resolvida já na próxima reunião da Assembleia. -----

A Presidente da Câmara lamentou o facto de o documento a que o membro Luís Testa se referia não lhe ter chegado e iria providenciar para que tal acontecesse. Informou que o parecer estava nas mãos de todos os membros da Assembleia, há algum tempo. E que só por lapso o comprovativo não acompanhou a restante documentação. Concluiu, afirmando que não havia nada a esconder.-----

Pedindo a palavra, Fernando Areias disse que achava estranho ainda ninguém se ter referido ali ao dia 29 de setembro, pois passava um ano de mandato da maioria CLIP, conquistada nas últimas eleições autárquicas. No seu entender, seria altura de fazer um balanço e uma reflexão do que tinham sido os primeiros 365 dias de governação independente. Referiu que o conteúdo do documento que iria ler de seguida era pessoal e refletia apenas a sua visão dos acontecimentos. Portanto, como eleito que tinha sido para aquele órgão fiscalizador da ação executiva da Câmara, sentia-se na obrigação de apresentar ali as suas críticas, também construtivas, os seus reparos e, principalmente, as suas preocupações em relação ao futuro do concelho. De seguida, passou a ler o documento, que dizia o seguinte:

“Há um ano atrás, partimos para este mandato, sabendo de antemão que a tarefa que nos aguardava não seria nada fácil, mesmo nada fácil. Fruto das conhecidas contingências orçamentais, por grande culpa da dívida que teima em não baixar, pelo menos de forma significativa, todos sabíamos ao que vínhamos. Fazer o possível com alguns trocos nos cofres.

Pois bem, a falta de dinheiro tem sido a principal causa invocada por este executivo para que não se consiga fazer mais do que o que tem sido feito. O que me preocupa, Sr.<sup>a</sup> Presidente, não é o que tem sido feito, ou o pouco que tem sido feito; o que me preocupa, realmente, é a forma como se aplica o pouco dinheiro que a Câmara tem. As prioridades deste executivo são no mínimo desconhecidas, até para mim que faço parte desta maioria. Olhando para o nosso programa eleitoral, apresentado há um ano atrás, desafio a Presidente para que nos tente dizer uma proposta que seja, que já tenha implementado. É por isto que afirmo a esta Assembleia que me preocupa o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

rumo, ou a falta dele, para o concelho de Portalegre. Há mais vida para além da dívida e é possível fazer obra com poucos recursos, há é que ter engenho para tal. Medidas tão simples, como por exemplo, a criação do provedor do município, o gabinete do acolhimento ao investidor, só para falar das mais simples, mas que talvez já ninguém se lembra delas.

Sem dinheiro, a Câmara não pode dar uma imagem aos portalegrenses do que não é – tão pobre é o pobre que não tem dinheiro, como o que só tem 100,00€ para o mês inteiro. Teria sido mais honesto e realista o executivo ter partido de um orçamento “zero” e explicar aos portalegrenses porque o tinha feito. Era tão simples quanto isto: não há dinheiro, não pode haver festas. Não é razoável para uma Câmara, que ainda é a capital de distrito, andar a viver de subsídios comunitários para poder pagar, à custa de festas e de feiras, o remendo de buracos nas estradas do concelho.

Não vou aqui falar do tema que tem movido ultimamente as hostes políticas da nossa cidade: o lixo. Penso, e já o disse, que os exemplos têm que vir de cima e, nem sempre, a Câmara transmite os melhores exemplos nesse campo.

Gostaria de deixar uma palavra de apreço e solidariedade para com os senhores Presidentes de junta, que nas suas novas competências delegadas pela força da lei os têm deixado ainda mais aflitos para levarem a bom porto os seus mandatos.

Confesso ter alguma dificuldade em conseguir falar de tudo o que queria, pois a situação parece-me de tal maneira grave que vou apenas referir o seguinte, deixando simultaneamente algumas questões à Sr.<sup>a</sup> Presidente:

- O que é que este executivo tem feito, no sentido de captar novos investimentos para o concelho?
- Uma das nossas bandeiras de campanha e grande prioridade para o mandato foi a ação social. Pergunto-lhe, para além dos 19 fogos entregues, que já vinham do mandato anterior, e da entrega a tempo dos manuais escolares, o que tem feito esta Câmara pelos mais carenciados?
- Os Serviços Municipalizados apresentam resultados negativos. O que pensa fazer a câmara para inverter esta situação em que colocou os SMAT?
- Qual é a situação presente da disponibilidade da Câmara? Confirma, ou não, que fruto dessa falta de disponibilidade, alguns projetos aprovados nesta Assembleia, estão de momento suspensos?
- Qual é a situação da dívida, a médio e longo prazo, da Câmara Municipal de Portalegre? Tem descido ou subido?-----

O Presidente da mesa informou que algumas das questões colocadas se encontravam para discussão em alguns dos pontos agendados na ordem do dia. Relembrou aos presentes que o tempo para intervirem, antes da ordem do dia, se estava a esgotar. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse que na sessão da Assembleia realizada em 26.02.14, os elementos da CDU tinham proposto que se colocasse à





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

votação a criação de uma comissão, constituída pelo próprio Presidente da Assembleia Municipal, por um elemento da mesa e por um elemento de cada grupo municipal, para acompanhar a Fundação Robinson. Acrescentou que, na altura, ele próprio fazia parte da mesa e que a dita proposta só tinha sido aprovada porque ele tinha votado favoravelmente e tudo indicava que poderia ter sido ele o elemento da mesa a acompanhar o Presidente, na comissão. Contudo, como atualmente não fazia parte da mesa, gostaria de saber como estava a constituição da mesma e se já havia comissão -----

O Presidente da mesa informou não ter ali presente os termos em que foi constituída a referida comissão. Efetivamente, ainda não havia comissão devido à demissão da mesa, do membro Jorge Isidro. Mais disse que existiam problemas com o funcionamento de determinadas comissões, pois raramente os elementos compareciam. Acresce que os partidos ainda não tinham indicado os elementos correspondentes.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que a questão em análise suscitava-lhe outra, a do regimento. Na sua opinião, a melhor forma para conjugar as datas e a situação das faltas dos elementos seria a existência de suplentes dos mesmos. -----

O Presidente da mesa disse que, na sua ausência, poderia delegar a competência num secretário, assim como, nada invalidaria que os elementos indicados por cada partido, nas suas faltas, fossem substituídos. -----

No uso da palavra, Hugo Capote lembrou que a proposta foi da CDU e foi aprovada, mas que numa reunião posterior se levantou a questão da formação da mesma e o seu grupo apresentou, formalmente, um nome. -----

O Presidente da mesa deu por encerrado o tempo de debate e informou que teriam de passar à ordem do dia.-----

### **ORDEM DO DIA:**

#### **1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Presente o relatório do executivo camarário respeitante à atividade municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da mesma. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Manuel Carvalho perguntou à Presidente da Câmara, na parte da divisão de ordenamento do território e urbanismo, referente ao segundo trimestre de 2014, onde no relatório se diz que existem vários projetos em elaboração e que continuavam para o trimestre seguinte, em que fase se encontravam os mesmos, se já foram iniciados ou estavam a meio da execução, ou quase prontos. Mencionou alguns exemplos: proposta para pavimentação e melhoramento da Rua da Barroca; passeio com proteção e iluminação da Rua do Lar; cobertura no polidesportivo; remodelação do tanque das lavadeiras. Acrescentou que todos aqueles projetos se referiam à Freguesia dos Fortios mas, no entanto, havia muitos outros nas mesmas condições. Disse ainda que os que já não constavam no relatório, também não os encontrou como concluídos. Portanto, ou foram retirados e nem sequer foram concluídos ou, simplesmente não foram mencionados no relatório. Questionou ainda a Senhora Presidente sobre a situação da estação e conduta elevatória do Vale Serrão. -----

A Presidente da Câmara disse que teria de analisar os projetos e verificar junto dos serviços técnicos para poder responder. Eram muitos assuntos para poder dar o ponto da situação.-----

Novamente no uso da palavra, Manuel Carvalho disse que, uma vez que a Presidente só podia responder por escrito, solicitou que enviasse a resposta a todos os membros daquela Assembleia. -----

A Presidente da Câmara concordou. -----

No uso da palavra, Rui Simplício requereu, uma vez mais, que fosse fornecido à Assembleia a indicação do valor exato do valor retirado da conta da Câmara, por parte do banco, no assunto da dívida referente ao CAEP. -----

Usando da palavra, Hugo Capote quis salientar o facto de ainda não ter visto um único texto, no relatório sobre a atividade municipal, que tivesse sido escrito pela Presidente da Câmara. Provavelmente todas as páginas do referido relatório seriam da responsabilidade da mesma, mas não havia uma contextualização política, fosse da atividade do município, da situação atual, dos problemas de cada trimestre. Dava, pois, a sensação que, desde a última Assembleia até à data, o executivo camarário esteve de férias. A falta de novidades era evidente, naquele último relatório municipal. Quanto às questões de salubridade e higiene urbana, salientou que as intervenções dos munícipes, ali evidenciadas de início, tinham sido precisamente sobre aquele problema, na cidade. Perante tal, questionou a Presidente sobre o que estava descrito na página 27, relativamente à recolha de resíduos sólidos, feita pelas respetivas viaturas que em vez de 4 já só eram duas, em circulação. Perguntou quantas viaturas existiam, afinal. Quanto à varredoura mecânica, a qual tinha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

melhorado significativamente a eficiência do serviço, perguntou porque é que não estava em funcionamento. Por último, perguntou à Presidente quantos funcionários da limpeza tinha a Câmara atualmente, para todo o património da mesma. -----

A Presidente da Câmara disse que as questões colocadas eram pertinentes e que, efetivamente, a autarquia se deparava com falta de pessoal. Naquele sentido, têm tentado colmatar os problemas com que se vai deparando e tem pedido ajuda ao Centro de Emprego. No entanto, dos 12 trabalhadores que pediu só foram colocados 6. Quanto às máquinas, os números das mesmas em circulação dependia das avarias. Relativamente à varredoura mecânica, tem estado avariada, mas encontrava-se pronta para ir à inspeção e retomar o serviço, logo que possível. Admitia que, em termos de quadro, a Câmara estava desequilibrada e havia que tentar colmatar a falta de pessoal, principalmente a nível do ambiente. Contudo, como era sabido, as Câmaras não podiam contratar, era um facto incontornável, mas estavam a tentar arranjar outras formas de resolução. Acrescentou que tinha passado recentemente por duas cidades, que eram da CDU, mas que, em termos de limpeza, preferia viver em Portalegre.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que, no relatório que receberam, só quem assumia algo do que estava escrito era o Presidente do Conselho de Administração dos SMAT. Saliu que, anteriormente, o documento da atividade municipal era mais estruturado e nele se elencavam três ou quatro temas importantes. De facto, aquele não era um relatório de atividades da Presidente da Câmara, mas sim um relatório dos serviços. O executivo estava completamente fora da informação prestada à Assembleia Municipal e mais do que as questões operacionais, deveriam ser evidenciadas as questões estratégicas para o concelho. Por último, referiu que o único mapa que tinha interesse, o das candidaturas aprovadas e em execução, era tão pequeno que nem se conseguia ler. Quanto aos SMAT, chegou à conclusão de que os dados fornecidos não tinham melhorias e continuavam insatisfatórios. -----

No uso da palavra, quanto à atividade municipal, Luís Testa disse que, volvido um ano da tomada de posse dos atuais membros dos órgãos autárquicos, esperava-se que o relatório fosse completo, exaustivo, minucioso, relativamente, não só aos últimos meses do mandato, mas a todo o ano. Também se esperava que a Senhora Presidente elencasse, de forma assertiva, tudo aquilo que foi feito durante o último ano, assim como na mera gestão camarária. Esperava igualmente que no relatório se pudesse vislumbrar a intenção política, relativamente ao concelho de Portalegre. No entanto, porque durante um ano inteiro não tinha feito rigorosamente nada, não havia relatório que valesse. Nada se sabia de novo para os próximos três anos e, posto aquilo, o executivo da Câmara Municipal de Portalegre remetia-se a um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

relatório que era uma nulidade e que ela própria se configurava, também, como uma nulidade. Mais disse que aos portalegrenses não lhes bastava alguma satisfação com os níveis de limpeza mencionados pela Presidente da autarquia, os portalegrenses queriam desenvolvimento, crescimento económico e emprego. Referiu ainda que não se conheciam as apostas do atual executivo municipal e que com o deslante de autocracia manifestado pela Presidente da Câmara, não as chegariam a conhecer.-----

Solicitando o uso da palavra, a Presidente da Junta de Alagoa, Vera Caixeiro, disse que nas 93 páginas do relatório municipal, a Alagoa tinha seis resultados. Na página 24 estavam mencionadas reparações na escola. Perguntou que reparações eram aquelas, porque efetivamente a escola ainda não estava nas condições que deveria estar. Também estavam apontados alguns apoios nos trabalhos da Junta e gostaria de saber quais tinham sido os apoios em concreto. Acrescentou que ao contrário das outras freguesias onde estava descrito ao pormenor o que tinha sido feito, na sua tal não acontecia. Salientou o problema do estado da estrada para Castelo de Vide, que só agora estavam a remediar, mas que já deveria ter sido reparada há muito tempo. Compreendia o facto de não haver verba para um trabalho de outra natureza mas, pelo menos, estavam a ser tapados os buracos. Contudo, a Freguesia de Alagoa não era somente aquela estrada, existia outro tipo de manutenção que tinha de ser feita e que o Protocolo ainda não estava assinado.-----

No uso da palavra, Jorge Isidro questionou a Presidente da Câmara sobre o empréstimo de equipamentos, por parte de concelhos vizinhos, às juntas de freguesia do concelho, para realização de algumas festas.-----

Usando da palavra, a Presidente da Câmara informou que algumas das coisas que tinham sido feitas nas juntas tinham basicamente a ver com colocações de saibro, desentupimentos, reparações de caminhos, montagem de palcos nas festas populares. Relativamente aos empréstimos dos concelhos, disse que sempre foi prática, ao longo de muitos anos, a ajuda mútua entre todos, e que Portalegre também tem ajudado concelhos vizinhos, sempre que lhes era possível fazê-lo.-----

### **2 – Atas n.ºs 6 e 7, relativas às reuniões realizadas a 30 de Abril (ordinária) e a 19 de Maio (extraordinária);**

Presentes as atas n.ºs 6 e 7, relativas às reuniões realizadas a 30 de Abril e a 19 de Maio, respetivamente.-----

No uso da palavra, Conceição Grilo solicitou ao Presidente da mesa que pedisse ao executivo para dar cumprimento ao que a própria requereu na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

última reunião, quanto ao comprovativo da transferência efetuada do Município para a Fundação Robinson, no prazo exigido.-----

O Presidente da mesa informou que o pedido já tinha sido efetuado pelos serviços de apoio e que deveria estar na posse da Presidente da Câmara. -----

A Presidente da Câmara disse que tinha ali o comprovativo dos serviços, com as respetivas cópias, para entregar. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que, conforme decorria da lei, os membros do executivo tinham a obrigação de estar presentes na Assembleia Municipal. Contudo, tal situação não ficava espelhada nas respetivas atas. No seu entender, faria sentido que estivesse mencionada a presença dos mesmos. Em segundo lugar, na ata n.º 7, página 23, apesar de ser uma questão de somenos, as instituições bancárias, como a Caixa, deveriam estar em maiúsculas e a abreviatura do Banco Europeu de Investimento era BEI e não BAI. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar as respetivas atas.-----

### **3 – Alteração à Tabela de Taxas – Regulamento Municipal dos Parques e Zonas de Estacionamento Condicionado e Lugares de Uso Privado;** **- Deliberação de 30.06.2014 -**

Presente ofício nº. 6716, de 24 de Junho de 2014, dos SMAT, remetendo proposta de alteração à Tabela de Taxas, anexa ao Regulamento Municipal dos Parques e Zonas de Estacionamento Condicionado e Lugares de Uso Privativo para conhecimento. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou remeter o assunto à Assembleia Municipal.-----

No uso da palavra, Hugo Capote disse não perceber muito bem qual tinha sido a deliberação tomada pelo executivo. O documento referia que havia uma proposta fundamentada para redução dos passes mensais a pagar nos parques de estacionamento cobertos (S. Francisco e Corredoura). No entanto, havia um abaixo-assinado de vários munícipes, por acharem que não havia ali o princípio de igualdade e que os valores dos dois parques deveriam ser iguais. Posteriormente, viu uma informação do Vereador Landeiro em que, aparentemente, justificava que o abaixo-assinado não seria tomado em linha de conta. Perguntou então qual tinha sido, afinal, a decisão da Câmara.-----

Usando da palavra, o Vereador Landeiro disse que a proposta era no sentido de melhorar o rendimento dos parques subterrâneos. Tendo em conta que o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

parque de S. Francisco tinha uma utilidade muito reduzida, entenderam que devia haver uma diferença entre aquele e o da Corredoura, que tinha uma oferta acima dos 80% de utilização. A ideia de aplicar a diferença de preços era no sentido de tentarem reutilizar um dos parques que estava praticamente sem carros. A proposta de redução para o parque da Corredoura era de 36,00 EUR para 30,00EUR e no de S. Francisco de 36,00 EUR para 20,00 EUR, destinado às associações e entidades coletivas. Acrescentou que a proposta foi aprovada, quer pelos serviços municipalizados, quer em reunião de Câmara.---

O Presidente da mesa lembrou que como se tratava de alteração de taxas a um regulamento a competência seria daquela Assembleia Municipal.-----

No uso da palavra, Jorge Isidro perguntou se a aprovação da proposta iria mexer no preço de todos os estacionamentos. Mais disse concordar com a mesma, mas discordar da forma como era feita a gestão do estacionamento. Era a favor da gestão privada mas, naquele caso concreto, tendo em conta a situação financeira em que a Câmara se encontrava entendia que devia ser a autarquia a explorar o estacionamento. Atualmente a autarquia entregava 45% da receita e tinha oportunidade de ficar com a mesma. Aquela decisão teria de ser tomada, mais cedo ou mais tarde. Iria abster-se na votação da proposta. ---

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 13 abstenções, aprovar a alteração proposta.-----

### **4 – Relatório de Monitorização da Área de Reabilitação Urbana;**

- Deliberação de 14.07.2014 -

Presente informação n.º 165, de 07 de julho de 2014, da DOPGU, relativamente ao relatório de Monitorização da ARU, a propor o envio do mesmo à Assembleia Municipal, para apreciação. -----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou se os dados descritos na página 12 do documento estavam corretos e se, efetivamente, dos 123 pedidos feitos para obras, estavam a decorrer somente 5. -----

A Presidente da Câmara disse que por via daquela medida que foi implementada a autarquia poupava aos portalegrenses cerca de 83.000€, em termos de impostos/taxas que tinham de pagar. Os 5 pedidos apontados eram os que estavam a ser analisados, relativamente às isenções para efeitos de IMI. Informou terem sido feitas dezenas de obras, ao abrigo daquela medida, que a considerava bastante válida e que era, inclusive, a forma de requalificar o centro histórico da cidade, incentivando os munícipes a reabilitarem os seus edifícios e, ao mesmo tempo, serem desonerados das taxas que tinham de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pagar. Naquele sentido, a Câmara pretendia estender a medida aos imóveis rurais, pois tinha dado frutos e deveria continuar. -----

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote disse que o documento apresentado no final tinha uma nota conclusiva que, a seu ver, assumia claramente um tom resignado, pois dizia o seguinte. “ Com cerca de um ano de implementação da ARU de Portalegre, faz-se um ponto da situação da experiência adquirida e cabe-me no entanto referir que na atual conjuntura, particularmente difícil quer para o setor público, quer para o privado, dificilmente se poderiam ambicionar melhores resultados, atendendo às dificuldades económicas.” E que o tom do que ali estava escrito não era o mesmo com que a Presidente tinha falado anteriormente. -----

Usando da palavra, a Presidente disse que não estava, de modo algum, resignada. Evidentemente que gostaria que os resultados fossem melhores, mas era um benefício que estava a dar e esperava que mais pessoas aderissem, no futuro, a mais benefícios. -----

Solicitando o uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que o documento em análise era circunstancial, pois a Assembleia tomava conhecimento de um relatório que apontava várias coisas. A questão ali seria mais política do que técnica. Disse que gostaria de ouvir alguma explicação sobre qual a estratégia de reabilitação urbana para a cidade de Portalegre. A verdade era que tinham assistido a uma estratégia de reabilitação atrasada no tempo, pois em Portalegre começou muito mais tarde do que noutras cidades; começou com diversos lapsos de tempo porque, conforme todos tinham reparado, no relatório que lhes foi enviado, existia uma nomeação do vereador Nuno Santana, como Presidente executivo da ARU em 2011, mas o serviço apenas foi criado em 2013. Havia outro pormenor fundamental para a estratégia de reabilitação urbana que era o inventário do edificado, o qual valeria a pena apresentar, de modo a focarem-se no essencial.-----

Usando da palavra, a Presidente informou que os atrasos se deveram a questões burocráticas mas que, apesar de tudo, tinham sido a segunda cidade do país a avançar com a estratégia. Em relação ao levantamento atrás referido, disse que já estava feito há muito tempo, antes de implementarem o serviço. --

No uso da palavra, Luís Testa disse que o resultado dos programas se aferia pelo sucesso por indicadores. Naquele, era-lhes dado o indicador de que o município de Portalegre tinha distribuído em apoios municipais uma quantia de 80.000€ para a reabilitação urbana, comprovadamente para os particulares reabilitarem o seu património, ajudando com isso a economia local, comprando e reconstruindo com o apoio das construtoras locais. No entanto, havia ali um pormenor que tinha de ser avaliado porque, daqueles 80.000€ existia uma fatia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

muito significativa que se prendia com a construção da unidade hoteleira do Rossio. Portanto, do sucesso daquela intervenção fiscal do município na ajuda à reabilitação urbana e no que verdadeiramente dizia respeito ao espaço edificado do casco de Portalegre, o apoio não se cifrava, grosso modo, naquele valor indicado. Independentemente do facto da unidade hoteleira merecer ou não o apoio, a mesma levou uma fatia daquele orçamento em muito mais de 50%. Posto aquilo, disse à Presidente da Câmara que todos os esforços que a mesma fizesse, para aferir do sucesso da medida, eram escassos. Concluiu, dizendo que em muitos dos outros municípios o sucesso era bem maior do que o de Portalegre. -----

A Presidente fez questão de dizer que aqueles 80.000€ diziam somente respeito ao licenciamento e à ocupação da via pública e nem estava ali incluído o valor de isenções de IMI. Por outro lado, se conseguissem avaliar o valor de isenções de IMI e de IMT o valor seria muito superior. -----

Pedindo novamente o uso da palavra, Luís Testa, relativamente ao apoio financeiro, baseado na desoneração ou pagamento das taxas que o município se referiu, disse que só se estava a circunstanciar aos 83.000€. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório atrás mencionado. -----

### **5 – Proposta de avaliação do lote de terreno nº. 1, sito no Macheiro em Caia, freguesia da Urra;**

- Deliberação de 28.07.2014 –

Presente informação n.º 2052 do Serviço de Finanças/Património, de 9 de junho de 2014, na sequência da carta de Hugo João Sacramento Carrilho, de 4 de junho do ano em curso, a solicitar informação sobre o preço de venda e condições de edificabilidade, do lote de terreno n.º 1, sito na Macheiro em Caia, Urra, a propor novo valor para o lote, com base em nova avaliação. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar para o lote de terreno n.º 1, sito no Macheiro, em Caia, freguesia da Urra, o valor de venda de 14.730,00€, com base na nova avaliação efetuada. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de avaliação do lote atrás mencionado. -----

### **6 – Ajuste direto para aquisição de serviços de “Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho”, no âmbito do AQ ICC CIMAA/2014 - SMAT;**

- Deliberação de 25.08.2014 –





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Presente informação dos SMAT de 05 de agosto de 2014, referente ao ajuste direto para aquisição de serviços de “Segurança, higiene e saúde no trabalho, no âmbito do AQ 1CC\_CIMAA/2014. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, autorizar o ajuste direto de serviços de “Segurança, higiene e saúde no trabalho, no âmbito do AQ 1CC\_CIMAA/2014 e remeter o assunto à Assembleia Municipal.-----

Pedindo o uso da palavra, Cristóvão Crespo disse não perceber em que termos é que aquele ponto era ali apresentado, uma vez que não se tratava de uma proposta, mas sim de um procedimento. No seu ponto de vista, a Assembleia não aprovava o procedimento em si.-----

O Presidente da mesa esclareceu que a Assembleia teria de deliberar no sentido de autorizar a Câmara a proceder, ou não, ao ajuste direto, o qual já tinha sido aprovado em reunião de Câmara.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 voto contra, aprovar o ajuste direto.-----

### **7 – 1º. Revisão ao Orçamento/Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre;**

- Deliberação de 22.09.2014 -

Presente a 1.ª revisão ao orçamento e 1.ª revisão às grandes opções do plano. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana aprovar os documentos.-----

A Presidente da Câmara disse que, relativamente àquele ponto, estavam previstas, em orçamento, duas rubricas. Uma dizia respeito à Baja 500 Portalegre e a outra à feira das Cerejas, a qual não se tinha realizado naquele ano. Quanto à realização da Baja 500, acrescentou que, no ano passado, a Câmara tinha conseguido uma parceria com a Entidade Regional de Turismo e candidatar a prova através da mesma, sendo que a autarquia tinha colocado a sua contrapartida nacional, para impulsionar o dito evento e alavancar mais algum dinheiro. No entanto e uma vez que estavam no final dos fundos comunitários, a Entidade Regional de Turismo disse-lhes que não haveria possibilidade de viabilizar a candidatura pretendida. Contudo, Portalegre faz parte de uma associação denominada TRIURBIR, a qual reforçou a candidatura já existente, fazendo o rateio com os seus parceiros. Existindo tal possibilidade, obviamente que a Câmara pretende que o evento se mantenha neste concelho e poderia existir naquela candidatura algum incremento para o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

viabilizar. Porém, o nome “Baja” não podia constar, tal e qual, como estava no orçamento, para efeitos de candidatura. Perante tal, referiu que os serviços de candidatura sugeriram a alteração do nome para “Food & Sport”, para ir de encontro à especificidade da mesma. Portanto, a alteração implicava retirar verba da dita rubrica para passar para aquela revisão. Salientou que se a alteração não fosse ali aprovada poderia estar em causa a realização da Baja de Portalegre. -----

No uso da palavra, Jorge Isidro disse discordar da forma como o concelho estava a ser gerido pela Presidente. O que o executivo atual estava a fazer não correspondia ao que tinha sido prometido inicialmente. Relembrou que no documento em que tinha apresentado recentemente a sua demissão, tinha manifestado as razões porque não se revia na maioria das políticas implementadas pela CLIP. Pessoalmente, defendia a elaboração de um plano estratégico para Portalegre a, pelo menos, 10 anos e com a participação de todos os grupos políticos, das várias organizações e da população do concelho. Contudo, o executivo, liderado pela atual Presidente da Câmara nem sequer aceitava que os partidos lá representados participassem. Perguntou se a Presidente tinha comunicado aos Vereadores da oposição, aos eleitos do grupo CLIP e aos membros daquela Assembleia de que não iria realizar a Feira das Cerejas, pretendendo saber porque não foi, afinal, a mesma realizada, bem como porque denominaram o outro evento de Feira da Castanha e não qualquer outro nome. Posto aquilo, referiu que defendia a diferenciação porque julgava ser melhor para todos. -----

No uso da palavra, Luís Testa afirmou que a Presidente da Câmara nunca comprometeria o voto da bancada do PS, com qualquer ameaça que fizesse. Era bastante notória a forma como a Presidente fazia, sistematicamente, campanha eleitoral com as posições de voto dos Vereadores, em órgãos de natureza política, como aquele. Mais disse que a Presidente da Câmara tinha ido àquela Assembleia Municipal dizer que alterava o nome de um evento, simplesmente porque o evento não era elegível como despesa no programa a que era candidatado. Realçou que o que a Presidente ali fez foi confessar um ilícito, pela simples razão de que, perante a Assembleia Municipal de Portalegre declarou que estava a usar um truque de semântica para que a candidatura daquele evento fosse aprovada. Na sua opinião, o problema não se prendia com a terminologia, mas sim com o facto de o programa ao qual o evento estava a ser candidatado, não o admitia, em concreto. Quanto às feiras, lembrou à Presidente que, da história de Portalegre, rezavam apenas três feiras históricas: a “Feira dos Porcos”, a “Feira das Cerejas” e a “Feira das cebolas” e o facto de imaginar a inauguração de um novo período festivo, o qual já tinha tradição num concelho vizinho, era um profundo disparate. Inclusive, num concelho que vivia com dificuldades e onde as escolas públicas, que eram responsabilidade do município, não tinham meios para suprir as suas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

deficiências, onde o espaço público e os pavimentos não tinham condições necessárias para a fruição dos habitantes do concelho, onde as juntas de freguesia também não tinham capacidade para responder aos problemas concretos das pessoas. Portanto, ficava perplexo como é que a Câmara agora reinventava novas despesas. O que estavam a fazer era esticar o orçamento para que o próprio fosse menos executado ainda e, com aquilo, camuflava a realidade existente no concelho de Portalegre.-----

No uso da palavra, Hugo Capote referiu que a atitude da Presidente da Câmara ficou ali bem patente depois do aviso que deixou no final da sua intervenção. Quando viu aquela revisão orçamental lembrou-se imediatamente que, ao não ser aprovada, colocariam sob os outros Grupos o ónus de não se fazer a Baja Portalegre. No entanto não foi a oposição que gastou as verbas para tal, as quais deveriam estar cabimentadas desde o início. A intervenção da autarca era de um cinismo atroz, pois apenas falava da “Food and sports” e na Baja, deixando de lado aquilo que era verdadeiramente atentatório dos interesses, dos direitos e da solidariedade que aquele município, enquanto capital de distrito, deveria ter para com os municípios vizinhos. Mais disse que apresentar aquela feira, como se não tivesse nada a ver com a “Feira da castanha”, era qualquer coisa que não tinha caído bem entre os munícipes. Perguntou ainda porque é que aqueles 13.370€ de reforço para a dita feira não foram utilizados na limpeza dos resíduos sólidos e urbanos e se era com aquelas opções de gestão que a Presidente pretendia convencer a oposição a trabalhar em conjunto com ela e a validar decisões daquele tipo.-----

No uso da palavra, Rui Simplício quis deixar ali explícito que, para ele, não era admissível que para a concretização da Baja se colocasse aquela Assembleia Municipal perante uma ilegalidade. Não iria nunca aprovar que tal acontecesse. Era com muita pena que via uma prova, que ajudou a construir, tornar-se agora objeto de chantagem.-----

A Presidente da Câmara informou que não se tratava de nenhuma ilegalidade porque aquilo que também era feito noutros municípios e não era ilegal. Deu o exemplo de Castelo Branco e Elvas. Acrescentou que em relação àquele evento era associada outra atividade. Tal procedimento era feito, correntemente, com a utilização dos fundos comunitários, de forma a ser possível encontrarem uma saída. Mais referiu que, ao contrário daquilo que supunham, a tal dita “Feira da castanha”, que foi bem explicada em reunião de Câmara não era, propriamente, uma feira da castanha, mas constituía um percurso pedestre na zona de S. Julião e terminaria com uma amostra dos produtos endógenos daquela região e que, posteriormente, a iniciativa seria extensível a todas as freguesias. O fundamento principal seria o de dar visibilidade aos produtos de cada freguesia. Ressalvou que não havia ali qualquer intenção de entrar em competição com Marvão, município com o qual



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tinha as melhores relações. Mais referiu que, alocados àqueles eventos, também estavam vencimentos dos funcionários que davam o apoio àquelas candidaturas, assim como também acontecia noutros municípios.-----

Usando da palavra, Cristóvão Crespo disse que a última parte da intervenção da Presidente, sobre a alocação de funcionários administrativos às candidaturas, era demonstrativa da ausência da estratégia do executivo. Na sua opinião, tinham de seguir um determinado caminho nas candidaturas, sem se perder o sentido estratégico e sem ir atrás do que era uma situação pontual. Disse ainda que tudo o que fosse introduzir mais feiras, com os mesmos formatos, apenas com designações diferentes e deixando cair outras, acabava por destruir a tradição seguida até ali-----

Solicitando o uso da palavra, o Presidente da Junta de Reguengo e São Julião, Bruno Calha, pretendeu esclarecer que a situação da feira da castanha surgiu no seguimento de uma venda de Natal, realizada no ano passado no Reguengo, e que foi bem aceite pela população. Na altura, juntaram-se os produtores da região e, em conversa com a Presidente da Câmara, resolveram fazer também em S. Julião, de modo a existir união entre as duas zonas. A tentativa era a de realizar um evento, com mostra de produtos regionais que cativasse a população e até mesmo alguns espanhóis, uma vez que a candidatura também tinha verbas relacionadas com Espanha. Portanto, nem sequer existia ali dimensão para colidir com a “Feira da castanha” de Marvão.--

Solicitando o uso da palavra, Miguel Monteiro disse que aquela Assembleia Municipal estava a ser confrontada com uma revisão orçamental que tinha sido aprovada pela maioria CLIP, na reunião de Câmara de 22.09.2014. No entanto, aquele assunto tinha já ido a reunião de Câmara, em 25.08.2014, onde, para sua estupefação, viu inscrita a dita feira da castanha. Era verdade que a Presidente da Câmara, logo naquela primeira reunião, disse que a feira não seria, propriamente, uma cópia da “Feira da castanha” de Marvão que não ocorreria no mesmo fim de semana e que basicamente seria um passeio pedestre, na zona de castanheiros do concelho. Porém, não prestaram mais esclarecimentos. Mais disse que, em face daqueles elementos que foram à reunião do executivo, votou contra, assim como também votou contra a proposta de alteração orçamental para a “Feira das cebolas”, relativamente \*a qual estava previsto um reforço orçamental no valor de 19.007€. Pelo que percebeu da intervenção, provavelmente aqueles valores também se enquadravam na mesma filosofia dos programas apoiados pela “Rede Nova Sustentável” (TRIURBIR). Perante tal, a reunião de 22 de setembro tinha sido apenas para acertar as rubricas e para mudar os nomes e aquilo que tinha sido apresentado inicialmente, em 25 de agosto mereceu-lhe a seguinte declaração de voto: “ O Vereador socialista na Câmara de Portalegre vota contra os pontos 24 e 25 da ordem do dia da reunião do executivo camarário pelas seguintes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

razões: o ponto 24 tinha a ver com o reforço orçamental da “Feira das cebolas”, não existindo qualquer estratégia visível para o desenvolvimento do nosso concelho e resolução dos inúmeros problemas com que os portalegrenses se deparam. A única política existente da parte do executivo municipal é a da realização de feiras e festas, para as quais sistematicamente são propostas alterações orçamentais pouco claras e difíceis de compreender, à luz das contingências financeiras do município. Uma vez mais e na presente reunião é apresentada uma alteração orçamental, que visa reforçar em mais 19.007€ a rubrica da feira das cebolas, algo perfeitamente inexplicável, tendo em conta que a dotação inicial para a referida feira era de apenas 2.500€. A alteração implica portanto uma subida do valor numa proporção de nove vezes mais o valor inicialmente previsto. Como se não bastasse o facto descrito no ponto anterior, somos ainda surpreendidos por um outro facto, absolutamente inacreditável e ridículo; tendo em conta a não realização da tradicional feira das cerejas, o executivo liderado pela Presidente Adelaide Teixeira decide propor o impensável: uma revisão orçamental que substitui a dotação orçamental para essa tradicional feira portalegrense, por uma nova feira a realizar com a denominação de “Feira da castanha”. Ou seja, propõe a realização de um evento, perfeitamente consolidado num concelho nosso vizinho, e com o qual devemos manter uma estreita colaboração, a tradicional “Feira da castanha” de Marvão, fazendo coincidir a data da sua realização com o mesmo período em que aquela se realiza. Era impensável que um Vereador eleito pelos portalegrenses possa pactuar com tão grande desnorte e com propostas que são uma afronta às tradições de Portalegre, ao bom relacionamento que se deve promover com os concelhos do nosso distrito e às mais elementares regras de gestão financeira e estratégica do nosso concelho. Obviamente que o voto sobre esta matéria não pode ser outro do que o voto contra e complementado com um exaustivo pedido de discriminação dos orçamentos e execução orçamental dos eventos referidos, em nome da responsabilidade e da seriedade que deve nortear a nossa atuação e em contraponto com o descontrolo e a esquizofrenia que marcam a maioria CLIP, que lidera o concelho.” Perante tal, pediu a palavra porque, efetivamente, faltava aquele dado num assunto já discutido anteriormente. Portanto, após algumas dúvidas, o evento continuava a intitular-se “Feira da castanha”. Não conseguia compreender porque é que numa revisão orçamental se continuava a persistir naquela ideia de que se poderia tornar mais forte aquilo que era meramente uma mudança retórica de designação da feira, quando nos documentos oficiais que estavam para ser votados estava escrito “Feira da castanha”. Por último, perguntou à Presidente que passeio pedestre era aquele que custava 13.737€.

A Presidente da Câmara informou que naquele mesmo documento havia duas propostas dos serviços e, salvo erro, no ponto 2, colocou a hipótese de mudar a denominação de “Feira da castanha” para “Trirural- sabores do campo”. Admitiu o erro dos serviços e disse ser responsável pelos mesmos. Contudo,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

na primeira reunião de Câmara teve o cuidado de explicar que não era uma feira da castanha, mas sim um evento baseado nos produtos endógenos da região e com percurso pedestre. Mais referiu que, conforme estava descrito no quadro que iria para a candidatura, havia um montante estipulado para a Trirural e outro para a Baja. Salientou o facto de não haver qualquer ilegalidade. Em conclusão, os parceiros (Castelo Branco, Cáceres e Placência) com quem foi negociado o reforço aprovaram e apenas faltava a aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal.-----

No uso da palavra, Luís Testa perguntou por que razão, se nos documentos que estavam ali a aprovar a revisão orçamental criou uma rubrica denominada “Feira da castanha” e se a mesma era refletida no documento da candidatura “Trirural”, o município de Portalegre não poderia manter a rubrica “Baja de Portalegre” e candidatá-la como “Foods & Sports”. Relativamente àquela matéria, acrescentou que a única forma de preservarem a realização da emblemática “Baja 500” seria dotá-la da dignidade da inscrição, no orçamento do município, como sempre aconteceu. Disse ainda que aquilo que se estava a passar era alterar-se a denominação, mantendo-se o evento, para poder ser elegível e participado por fundos comunitários. Posto aquilo, entendeu que o município não corria somente o risco de perder a prova, mas também o de ter de devolver fundos por irem candidatar um evento que não era elegível. Obviamente que o seu grupo não atribuíu como razoável a proposta que lhes estava a ser feita. Por último, salientou que o município andava a pagar subsídios e transferências, sem que para tal existissem fundos disponíveis e tal facto estava apontado pela divisão administrativa e financeira, constituindo um outro ilícito, relativamente à lei das finanças locais e dos compromissos.-----

A Presidente da Câmara voltou a informar que a “Baja Portalegre” estava inscrita em orçamento, desde sempre, e lamentava que outras pessoas não compreendessem que se fizessem outro tipo de eventos no concelho. Se de facto havia verba e se não fosse utilizada, salientou que a mesma não poderia ser canalizada para nada mais.-----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que a razão de a CDU não concordar com a opção proposta era simples: quando não havia funcionários nem dinheiro para reparar coisas básicas no próprio município, obviamente que continuavam a achar que não havia necessidade de gastar 17.000€ num passeio pedestre em S. Julião e mais 20.000€ na “Feira das cebolas”. Perguntou à Presidente se achava tal posição defensável e se continuaria a assumi-la. -----

A Presidente da Câmara respondeu afirmativamente e explicou que dos 20.000 EUR, 85% eram a fundo perdido e que ainda conseguia imputar cerca de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

10.000€ de vencimentos à “Feira das cebolas”. Portanto, bastava ver qual era o valor da contrapartida nacional e qual o encaixe da Câmara.-----

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote quis perguntar à bancada do CLIP se achavam normal pagarem-se vencimentos numa Feira das cebolas.-----

A Presidente lembrou que o que estava em causa era o apoio administrativo às candidaturas e não pagar vencimentos.-----

No uso da palavra, Jorge Isidro voltou a perguntar à Senhora Presidente porque não lhe respondeu à pergunta, porque não foi realizada a “Feira das cerejas” -----

A Presidente da Câmara disse que a feira foi pensada, na altura. Contudo, em termos de produtores do fruto e até mesmo da quantidade do mesmo não houve o que se estava à espera. Tornou-se contraproducente a realização da feira, pois não conseguiram garantir o produto. Lembrou que aquela feira teve um interregno de tempo significativo e só se tinha voltado a realizar no ano passado.-----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro disse que o “Rede Nova Sustentável” era um programa no âmbito da cooperação transfronteiriça, cujo rosto em Portalegre era a Fundação Robinson. Pelo que sabia, nas principais atividades do programa em causa, não estavam contempladas atividades da natureza daquelas que ali se falou e por isso solicitava esclarecimentos sobre a questão.

A Presidente da Câmara informou que aquele programa era da Câmara e a candidatura já vinha de há alguns anos. Relevou o facto de estarem no final do quadro comunitário e de ter havido um reforço para ser utilizado pelos parceiros interessados. No entanto, também existia um processo daquela mesma rede para a Fundação Robinson, mas era um programa com candidaturas independentes das da Câmara.-----

Usando novamente da palavra, Raul Cordeiro chamou a atenção para o facto de, na base de dados da fundação, estar um projeto da mesma rede denominado: Cidades para a nova economia. E perguntou se aquele programa era diferente daquele em que a Câmara estava envolvida. -----

Em resposta, a Presidente disse que o programa podia ser o mesmo, pois a Câmara podia estar a candidatar-se a um programa juntamente com vários municípios ou parceiros e garantiu que aquela candidatura da Câmara nada tinha a ver com o projeto da Fundação Robinson.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Hugo Capote solicitou à Presidente da Câmara que explicasse, exatamente, o que é que quis dizer com o pagamento de salários, com os tais 10.000€ de verba da candidatura, quando supostamente os salários dos funcionários estavam já previstos no orçamento.-----

A Presidente voltou a referir que não eram vencimentos, mas sim apoio administrativo. Acrescentou que as pessoas que trabalhavam nas candidaturas podiam ter uma parte dos seus vencimentos imputados às mesmas. Os funcionários envolvidos já tinham vindo a ser pagos anteriormente pela respetiva rede e era uma questão de gestão, sendo uma prática corrente, perfeitamente legal. -----

No uso da palavra Luís Testa disse que a única situação possível de se fazer seria a imputação de custos, ainda que com pessoal, a uma candidatura. Na sua opinião, só era possível imputar o custo de pessoal relativo à própria realização da referida candidatura. Acrescentou que 10.000€ era muito dinheiro para uma candidatura que tinha aquele valor e aquela dimensão. Custava-lhe a crer que tivesse havido vários funcionários alocados, durante vários meses, na dita candidatura. Com o devido respeito, disse que estavam a incorrer numa ilegalidade ao terem procedido daquele modo.-----

Novamente usando da palavra, a Presidente da Câmara voltou a referir que aquela candidatura já vinha de trás e era um reforço que tinha sido rateado pelos parceiros do município. Disse, inclusive, que a prova de que não era ilegal foi que tinha sido enviada, por forma a questionarem se estava tudo em condições e que, até à data, ninguém colocou entraves.-----

No uso da palavra, Miguel Serafim disse que, na elaboração de candidaturas, era prática corrente e perfeitamente aceitável a imputação de despesas com pessoal. Quanto à questão do montante imputado ser, ou não, elevado lembrou que era para aquilo que existiam as entidades gestoras dos programas, as quais faziam a análise das candidaturas e dos montantes respetivos, de modo a verificarem se eram aceitáveis. Perante tal, entendia que se alguém cometesse alguma ilegalidade seria quem aprovava a candidatura e não quem a estava a submeter. Relativamente à questão da existência de ações diferentes, dentro de um mesmo programa, disse que era mais uma situação perfeitamente natural, quando existiam diferentes entidades parceiras que apresentavam uma candidatura conjunta. Na sua opinião, poderia ter havido apenas um mal entendido na forma em como o processo foi apresentado. Contudo, os objetivos da iniciativa tinham ficado ali claros e fazia todo o sentido viabilizarem as duas iniciativas.-----

Usando da palavra, Luís Testa lembrou ao membro Miguel Serafim que, apesar do que tinha tentado explicar, a função da Assembleia Municipal não se





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

substituía a nenhum órgão fiscalizador, ou melhor, havia uma competência legal da Assembleia que era a da fiscalização da atividade do município. Afirmou ainda ter tanta confiança nos órgãos fiscalizadores dos fundos comunitários como tinha na fiscalização do ICTVR.-----

Solicitando o uso da palavra, Conceição Grilo, relativamente àquele ponto em debate, pretendeu acrescentar que os Vereadores do PS e da CDU tinham feito uma declaração de voto, em reunião do executivo. E acontecia que tinha chegado a todos os membros da Assembleia a declaração da CDU, mas não a do PS. Solicitou à mesa se seria possível ter conhecimento da mesma.-----

O Presidente da mesa informou que aquele não era o canal adequado para transmitir as declarações de voto dos Vereadores da Câmara. No entanto, disse que o Vereador da CDU lhe tinha feito chegar a dita declaração, com conhecimento a 5 Presidentes de Junta, 4 representantes dos partidos e o membro Jorge Isidro. Portanto, a partir do momento em que era distribuído a todos os representantes dos partidos, era pressuposto que os seus representantes divulgassem pelos seus eleitos. Mais referiu ter solicitado aos serviços de apoio para ser ouvida a gravação e em nenhuma parte estava incluída a declaração de voto. Contudo, a partir do momento em que alguns tiveram conhecimento, entendeu que, por uma questão de igualdade democrática, seria injusto uns saberem e outros não, tendo reenviado a todos, a título excepcional. A declaração do PS não lhe chegou pessoalmente e, portanto, não tomou nenhuma decisão sobre a mesma.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 13 votos contra, rejeitar a proposta de revisão do orçamento.

### **Declaração de voto - Jorge Isidro**

“Na qualidade de membro da Assembleia Municipal como independente e conforme o regimento no artigo 47.º, utilizo o direito de apresentar declaração de voto em relação à ordem do dia desta assembleia realizada em 29 de setembro de 2014, no ponto 7 – 1.ª revisão ao orçamento/grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre.

Respeito a forma como o executivo está a gerir o nosso concelho, mas discordo. E essa foi uma das razões que me levou a retirar o apoio ao grupo CLIP que suporta o executivo.

No documento entregue, entre as várias razões, referi que não me revia na maioria das políticas implementadas. Entendo que deve ser elaborado um plano estratégico a pelo menos 10 anos, com a participação de todas as forças políticas, a população e as mais variadas organizações. Este executivo, nem aos representantes dos partidos políticos representados na Câmara Municipal aceita que participem.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Agora, lembraram-se de eliminar uma feira, no caso a “Feira das cerejas”, que é realizada há décadas em Portalegre, sem darem grandes explicações e criar uma nova feira denominada “Feira da castanha”.

Mas não se lembraram em corrigir cabimentações desajustadas e decisões orçamentais erradas, como as juntas de freguesia, as associações e as coletividades. A desculpa utilizada é a falta de dinheiro, o que já não pega.

Por exemplo, a verba para a “Feira das cebolas” aumentou quase dez vezes mais; foi aprovado, há relativamente pouco tempo, um enorme investimento na fundação Robinson, o que neste momento não resolve problema nenhum no concelho. Pelo que é uma questão de opção.

Ora aqui está uma tomada de decisão que sempre condenei para o nosso distrito e nem admito no nosso concelho que é adotar a política de copiar os eventos de concelhos próximos, fazendo-lhes concorrência. Devemos é unir esforços para nos diferenciarmos, o mais possível, em benefício de todos.

Já era notória a falta de ideias e de iniciativas por parte do executivo, mas não esperava uma coisa destas, senão vejamos: somos a capital de distrito, mas são os concelhos como Castelo de Vide, Marvão, Crato, Arronches, entre outros, que têm eventos de âmbito nacional e internacional, que trazem aos seus territórios as televisões e que promovem com qualidade os seus produtos endógenos. Esta capital de distrito nem capacidade tem para realizar o seu “Dia da Cidade”.

Entre janeiro e dezembro não temos um evento, salvo raríssimas exceções de âmbito nacional. Desta exceção faz parte a Baja 500 Portalegre e estou disponível para votar favoravelmente a alteração proposta “Baja 500 Portalegre” para “Food and Sport”, mas nunca para aprovar a proposta para criar a “Feira da Castanha”.

Perante o que referi não tenho outra alternativa que não seja o voto contra.”

### **Declaração de voto – PS (Luís Testa)**

“Quando um município não tem forças, nem recursos para fazer face aos mais elementares desejos e ambições das populações, torna-se vergonhoso que tente esticar um orçamento que já não contempla, objetivamente, todos os seus compromissos para assumir novos compromissos, também eles, para serem desonrados.

Na verdade, as freguesias, o movimento associativo, o Concelho, vive numa precariedade lastimável.

Não é aceitável que seja este município o mesmo que inventa novas fontes de despesa, de proveitos duvidosos e sem garantias objetivas das suas realizações e satisfações dos seus compromissos.

Na verdade, um município que já raia a fronteira da ilegalidade ao pagar compromissos que não estão previstos nos fundos disponíveis, não pode comprometer-se para o futuro com novos pagamentos, fora dos fundos disponíveis.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A propósito da chantagem da Senhora Presidente de Câmara, a única forma de defender a Baja e mantê-la em Portalegre, é mantê-la com a dignidade que tem, na esfera do orçamento municipal e livrá-la dos constrangimentos e da instabilidade dos fundos comunitários.”

### **Declaração de voto – CDU (Hugo Capote)**

“A CDU vota contra esta revisão orçamental por reiterar em práticas, erros e opções políticas com as quais discordamos. Não falamos só nos elementos de criatividade e de engenharia financeira que utilizam, mas falamos e baseamos-nos, essencialmente, nas opções tomadas.

É preciso não nos esquecermos que a “Feira das cebolas” e a “Feira dos porcos” foram feitas com a retirada de verbas da pavimentação de caminhos rurais. Era verdade que pode, ou não, haver ganho líquido com esta candidatura, mas isso é feito retirando a possibilidade de investir noutras áreas e continuando a criar despesa para a Câmara, para a qual não tem, pois não era financiado a 100%, mas sim a 85%. O resto era despesa da Câmara, para a qual não há fundos disponíveis.

Portanto, não concordamos e não temos prazer nenhum em que a Baja não se realize em Portalegre, mas para isso o executivo tem de vir mais bem preparado para as assembleias municipais e não pode tratar a Assembleia Municipal com trata o executivo. Papéis mal distribuídos, erros como a própria bancada do CLIP admitiu, pagam-se caro e neste caso pagam-se com o voto contra.”

O Presidente da mesa apelou à Presidente da Câmara e ao executivo que fizessem todos os esforços, no sentido de se conseguir manter a Baja, não obstante aquela votação. Era um pedido pessoal como Portalegrense, embora talvez não refletisse a posição daquela Assembleia. Entendia que a cidade não se podia fechar sobre si própria, pois o concelho ia para além da zona industrial ou da Fonte dos Fornos.-----

O Presidente da mesa concedeu 5 minutos de intervalo nos trabalhos.-----

Solicitando o uso da palavra, a Presidente da Câmara disse que faria todos os esforços para que a Baja se realizasse. O que estava inscrito em orçamento era de somente 6.000€ e, no entanto, com 4.500€, faziam dois eventos, sendo uma receita que entraria para o município e ainda se pagariam alguns apoios administrativos.-----

O Presidente da mesa retomou os trabalhos e informou que o membro Jorge Isidro tinha solicitado que fosse anexada uma declaração de voto sua, referente ao ponto 3 da ordem de trabalhos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **8 – Acordo de transação das Águas do Norte Alentejano;**

- Deliberação de 22.09.2014 -

Presente alteração ao Acordo de Transação às Águas do Norte Alentejano. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o acordo. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse não ter nada contra aquele acordo mas, pelo que tinha lido da informação, perguntou se se confirmava que o município já não transferia dinheiro para as Águas do Norte Alentejano desde 2012. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara informou que tinham negociado o plano e, atualmente, o município estava a cumprir com o estabelecido, com as Águas do Norte Alentejano. -----

Usando da palavra, Cristóvão Crespo disse que a Câmara Municipal, ao longo de vários meses, tinha tido a oportunidade de aceder a mecanismos e instrumentos que permitiriam ter tido uma gestão diferente. Rejeitaram o PAEL e o FAM e a opção que se tinha tomado deixou-os sujeitos à situação de não terem meios para gerir o concelho. Noutra perspetiva, referiu que, para o executivo, acabava por ser cómodo não ter dinheiro para elencar as prioridades. Questionou se era apenas desde 2012 que não se pagava ou se ainda havia mais dívidas para trás. Disse que era importante aquela Assembleia saber se alguma vez se tinha pago a fatura do saneamento. Quanto ao anexo 3, relembrou que estavam lá mencionados 360.000€, em compromissos de pagamentos, para o próximo ano. E se deixassem passar mais tempo, chegaria a cerca de 1.400.000€, só para serviço daquela dívida. Em conclusão, a situação era dramática. -----

A Presidente da Câmara, em resposta ao membro Cristóvão Crespo questionou a que programas a Câmara poderia aceder, visto que o PAEL tinha sido chumbado e que o secretário de estado da administração local lhe tinha dito que ao FAM não poderiam ir, nem sequer voluntariamente. O que até considerou positivo, porque senão teriam de colocar todos os municípios taxados ao máximo. -----

No uso da palavra, Luís Testa considerou incompreensível como é que a Presidente da Câmara discordava do ónus do FAM, quando aqueles eram precisamente os mesmos que tinham sido atribuídos ao PAEL, mas com uma pequena nuance, pois o PAEL era um plano de apoio à economia local. No entanto, a Presidente da Câmara deveria estar recordada de que a oposição, nomeadamente o PS, estaria na disposição de aprovar o PAEL se fosse, efetivamente, para fazer face á dívida relativa à economia local. Contudo, o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

plano de pagamentos do PAEL tinha sido apresentado atabalhoadamente e para cumprir dívidas referentes à energia, às águas, à ADSE, etc. Portanto, do seu ponto de vista, não era líquido que agora não se pudesse recorrer ao FAM. Para tal bastaria que a contabilidade do município integrasse como deliberação daquela Assembleia, no seu perímetro, toda a atividade económico-financeira da Fundação Robinson. Salientou que o grande problema era que as contas eram consolidadas para uma coisa e para outra não e que a Presidente tinha prescindido foi de ir ao FAM, voluntariamente. Relativamente àquela matéria, disse ainda que o facto de se ir acumulando dívida desde 2012 era um grande problema, mas até nem seria o problema principal, porque em todo aquele tempo a Câmara tinha recebido, religiosamente, de todos os munícipes do concelho de Portalegre todos os pagamentos das águas. Portanto, se a autarquia recebia pela prestação do serviço e não pagava ao fornecedor, então existia ali um desvio de verbas que apesar de legal, do ponto de vista orçamental, era uma falta de idoneidade na gestão do serviço. Por fim, referiu que não seria possível equilibrar um serviço quando as receitas do mesmo estavam garantidas e os compromissos não eram satisfeitos. O grupo do PS aprovaria aquele plano de pagamentos, certos porém de que existia uma grande dúvida, relativamente ao seu cumprimento, assim como também existia uma questão que não era de menosprezar: nos primeiros anos, a tranche mensal era de 30.000€ e nos anos subsequentes, para além daquele mandato, a tranche mensal era de 124.000€. Portanto, o que a Presidente da Câmara estava a fazer era empurrar dívida para a frente, para que outros pagassem os dislates do seu mandato. -----

Usando da palavra, Cristóvão Crespo disse que com aquele discurso anterior o PS não ficava ilibado na questão do PAEL, pois a partir do momento em que a Câmara era financiada abatia em função daquilo que eram as necessidades de tesouraria imediata e a tomada de posição na altura não servia de desculpa. –

Novamente no uso da palavra, Luís Testa não percebia porque é que o membro do PSD não via a coisa ao contrário: pagava-se à economia local, pois era para aquilo que servia o programa e libertavam-se fundos da tesouraria do município, comparticipados mensalmente por todos os munícipes que pagavam a água, para aquela disposição.-----

Usando da palavra, a Presidente da Câmara esclareceu que não se tratava da água, mas sim do saneamento. Além do facto de que, mesmo sem PAEL, a Câmara pagou 600.000€, naquele ano.-----

No uso da palavra, João Cardoso perguntou desde quando é que aquela dívida estava a ser gerada.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse que era desde os anos 90, quando foi feita a ETAR. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção, aprovar o acordo de transação atrás mencionado.-

### **9 – 1ª. Revisão Orçamental e 1ª. Revisão ao PPI para 2014 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;**

- Deliberação de 22.09.2014 -

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, de 8 de setembro de 2014, a remeter a 1.ª revisão orçamental/2014 e a 1.ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos/2014. A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo perguntou se com aquela alteração, o funcionamento dos serviços ficaria penalizado. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que as questões dos Serviços Municipalizados têm vindo recorrentemente a debate àquela Assembleia, quer com alterações orçamentais, quer com problemas de tesouraria, quer com problemas da água acumulados. Perante tal, entendia que era chegada a altura de se tomarem decisões. Propunha, nesse sentido, realizar uma reunião extraordinária para que se discutisse, profundamente, a situação dos SMAT.-

A Presidente da Câmara concordou com a proposta apresentada.-----

O Presidente do Conselho de Administração dos SMAT disse que também concordava e estaria disponível para discutir todo e qualquer assunto relacionado com aquela situação. Em relação à necessidade da revisão, disse que surgiu devido a um aumento de receita previsto na parte do saneamento (20.000€) e resíduos (10.000€), além do saldo do ano passado que tinha sido colocado na receita. Quanto ao plano plurianual, referiu terem sido retiradas verbas de alguns pequenos investimentos que estavam previstos, mas que não se iriam realizar até 31 de dezembro e daquela forma serviram para equilibrar as contas. -----

No uso da palavra, Raul Cordeiro perguntou ao Presidente dos SMAT se o ajuste entre a receita e a despesa (30.000€) serviria para pagar o acordo anteriormente referido. -----

Em resposta, o Presidente dos SMAT disse que todas as verbas recebidas dos contribuintes, ou melhor, o dinheiro respeitante ao consumo da água era pago pelos SMAT, diretamente, às Águas do Norte Alentejano, As verbas do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

saneamento e dos resíduos eram passadas integralmente para a Câmara e depois a Câmara fazia o pagamento. Disse ainda que estava previsto um aumento de receita daqueles 30,000 EUR.-----

Novamente no uso da palavra, Raúl Cordeiro perguntou se aquela seria a verba que a Câmara se compromete a pagar mensalmente até 2016 às Águas do Norte Alentejano. -----

Usando da palavra, António Landeiro disse novamente que a verba em causa era um aumento de receitas, transferidas integralmente para os serviços financeiros da Câmara. A verba mensal era, geralmente, de cerca de 70.000€/80.000€, em função dos atrasos de pagamento-----

No uso da palavra, Luís Testa perguntou se o cliente das Águas do Norte Alentejano era o Município de Portalegre, que transferia aquilo que comprava às AdNA, o bem disponível para os SMAT e os SMAT disponibilizavam para a população, recolhendo dos munícipes o pagamento pela prestação do serviço E se de facto todos os meses os SMAT entregavam o dinheiro que recebiam dos contribuintes e o transferiam para a Câmara. -----

O Presidente do Conselho de Administração dos SMAT reiterou que o que era transferido era a parte respeitante ao saneamento e aos resíduos; por outro lado, a parte respeitante ao consumo de água ficava retido nos SMAT, pois era um bem dos SMAT. -----

Novamente no uso da palavra, Luís Testa perguntou ainda se não havia dívidas relativamente à água e se o problema subsistia apenas nos resíduos e no saneamento -----

Em resposta, António Landeiro referiu que, em princípio, não. Quanto à outra questão, não era do conhecimento dos SMAT, pois as verbas eram transferidas. -----

Usando da palavra, Luís Testa salientou que no momento em que a Câmara fazia um acordo que comprometia novamente os SMAT, até parecia que os mesmos estavam a gostar de pagar duas vezes pelo mesmo serviço. A questão ali era que os SMAT transferiam, sistematicamente, para a Câmara o pagamento de um serviço pelo qual a Câmara era responsável e se depois a própria Câmara se obrigava perante as AdNA com reestruturações sucessivas, tal implicava uma maior contribuição dos SMAT para o município. Posto aquilo, disse que o grande problema dos SMAT era a interpretação feita pela Câmara Municipal relativamente à componente do serviço público dos SMAT e o que acontecia era que existia uma dimensão de serviço público que deveria ser assumida politicamente pela Câmara, mas que estava a ser imputada à gestão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

funcional e ordinária dos SMAT. A função dos SMAT seria prestar o serviço, independentemente do custo/benefício, o qual teria de ser revisto pela Câmara, de forma a atribuir uma almofada de conforto aos munícipes. Mais disse que a retirada da capacidade financeira aos SMAT estava a conduzir ao seu estrangulamento, o que, no seu entender só podia ter um objetivo: exterminar os serviços municipalizados de Portalegre. Concordava, pois, com a realização da sessão extraordinária e finalizou dizendo que, para o PS, aquela revisão não poderia merecer qualquer acolhimento, pois os SMAT deveriam ser merecedores de investimento e recapitação, necessários às populações. Em conclusão, não entendia porque é que existiam outras instituições paramunicipais que eram tão prontamente acolhidas e os SMAT, que eram uma realidade instalada, necessária e fundamental para o funcionamento da cidade, eram menosprezados daquela forma. -----

O Presidente da mesa disse que, relativamente aos SMAT seriam um ponto a acolher para a próxima reunião extraordinária. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 8 votos contra e 5 abstenções, aprovar o respetivo assunto.

### **Declaração de voto – Jorge Isidro**

“Na qualidade de membro da Assembleia Municipal como independente e conforme o regimento no artigo 47.º, utilizo o direito de apresentar declaração de voto em relação à ordem do dia desta assembleia realizada em 29 de setembro de 2014, no ponto 9, 1.º Revisão ao orçamento e 1.ª revisão ao PPI para 2014 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes.

Na Assembleia Municipal em 27 de dezembro de 2013, no ponto 20 – orçamento e mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre referi que: “pela enorme dívida da autarquia, considerava importante que fosse analisada a sua organização, para que pudesse ser criada uma estrutura mais simples, mais equilibrada e mais eficiente.”

O mesmo se aplica aos Serviços Municipalizados. Os territórios sofrem alterações e é necessário que as organizações acompanhem essas alterações. O cenário que temos hoje, em Portalegre, é bem diferente do que existia à alguns anos e já se está a refletir nas contas dos serviços municipais, que pela primeira vez apresentou prejuízo nas suas contas e esse é um indicador de que tem de ser feita uma análise à sua organização e adaptá-la à nova realidade. Pelo exposto eu abstenho-me.”

### **Declaração de voto – PS (Raúl Cordeiro/Pinto Leite)**

“Os Serviços Municipalizados têm desempenhado a sua missão numa base sólida e sustentável, baseada essencialmente na receita tarifária da água e dos





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

transportes. A diminuição dos serviços de transportes prestados à própria Câmara e a ausência de qualquer apoio ao serviço público tem obrigado os serviços a desviarem recursos do setor “água” para cobrir os transportes, descurando assim o investimento e manutenção da infra estrutura, com problemas a prazo, para além da ilegalidade perante a entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos. Esta revisão orçamental revela já uma gestão próxima da Câmara Municipal falida, em que destapa de um lado para tapar do outro. Se houver uma avaria até fim do ano, os serviços essenciais podem ficar comprometidos. Consideramos que os serviços pagos pela população não podem estar sujeitos a esta asfixia, pelo que é urgente mudar esta política, sob pena de os serviços municipalizados se tornarem em mais um descalabro, como a fundação Robinson, com a agravante de que prestam um serviço insubstituível e pago pelos portalegrenses, pelo que a sua descapitalização se traduz num roubo aos contribuintes.”

### **Declaração de voto – CDU (Hugo Capote/Luís Pargana)**

“A situação financeira dos SMAT apresentou, pela primeira vez, prejuízo nas suas últimas contas de exercício, como consequência de opções de gestão da Câmara Municipal, como seja, entre outras, a utilização pela Câmara de trabalhadores dos SMAT, sem qualquer tipo de compensação financeira. O facto da maioria CLIP não ter aprovado cobrir este prejuízo, no valor de cerca de 132 mil euros, impede a gestão financeira que seria desejável para os SMAT pelo que me abstenho na votação desta 1.º revisão orçamental porque não reflete as minhas opções de gestão para os SMAT e que seriam necessárias à sua desejável sustentabilidade.”

### **10 – Majoração de prédios em ruínas, degradados e devolutos;**

- Deliberação de 22.09.2014 –

Presente informação n.º 3004 de 02 de setembro de 2014 da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística, relativa à majoração dos prédios em ruínas, degradados e devolutos, no concelho de Portalegre, com informação da DOPGU de 02 de setembro de 2014 a propor a aprovação da listagem final de imóveis degradados, em ruínas e devolutos para efeitos da majoração do IMI devendo a mesma ser remetida à Assembleia Municipal para aprovação. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar listagem final dos imóveis.-----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou se aquela majoração era um imperativo legal ou uma opção-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara informou que resultava da lei e a Câmara foi obrigada a fazer aquele levantamento. Mais disse que estava previsto na lei que todos os prédios degradados, devolutos ou abandonados estavam sujeitos a majoração.-----

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote perguntou se a majoração que era feita, em alguns casos para o triplo, era opção ou resultava da lei.-----

A Presidente da Câmara disse que era resultante da própria lei. -----

No uso da palavra Cristóvão Crespo disse que lhe parecia útil aquele tipo de trabalho para identificar o património. Quanto à questão da obrigatoriedade, tinha as suas dúvidas.-----

Solicitando o uso da palavra, o responsável pela divisão de obras da Câmara, Joaquim Ferreira informou que, relativamente aos imóveis degradados e em ruínas estava definida uma percentagem: 30% para os degradados e 200% para os imóveis em ruínas e devolutos. Portanto, aquilo que a Câmara Municipal fazia era a listagem e identificação dos imóveis, procedia à vistoria dos que eram considerados em ruínas, de acordo com a definição prevista na legislação. Para os imóveis devolutos e imóveis degradados, a listagem era aprovada em Câmara e na Assembleia Municipal, que por sua vez ao aprovar a mesma, era introduzida no portal das Finanças, com os artigos matriciais correspondentes. Posteriormente, ao sair a folha do IMI para cada um, eram agravados, automaticamente, da majoração definida na lei.-----

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo lembrou que o art.º 112.º, no n.º 8, dizia que: “Os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podiam majorar até 30%”. Portanto, nem sequer tinha de ser os 30%, podia ser 25%.-----

Usando da palavra, Joaquim Ferreira referiu que não era a Câmara a definir se seriam os 30% ou 200%, mas sim a aplicação que estava inserida no portal das finanças.-----

No uso da palavra, o Vereador Miguel Monteiro disse que lhe parecia existir um lapso na ordem que tinha sido definida pela Assembleia Municipal, uma vez que o ponto que ali estava a ser discutido era a majoração de prédios em ruínas degradados e devolutos, o que considerou desnecessário, porque no ponto seguinte iriam definir as taxas, nas quais estavam definidas as majorações respetivas. Acrescentou que o que tinha sido discutido e aprovado na reunião de Câmara tinha sido a listagem dos prédios sobre os quais iriam incidir aquelas majorações, em sede de IMI. Relativamente ao que disse Cristóvão Crespo, a questão tinha de ser remetida para o n.º 3, do art.º 112.º,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pois era o que definia que as taxas gerais, previstas nas alíneas b) e c), do n.º 1, eram elevadas anualmente ao triplo, nos casos de prédios urbanos que se encontravam devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios, como tal, definidos em diploma próprio. Portanto, ali era taxativo. O seu entendimento era que, havendo listagem de prédios devolutos efetuadas pela Câmara, teriam de aplicar aquelas majorações. No entanto, não via em lado nenhum dizer que a Câmara estava obrigada a efetuar a listagem dos prédios que reuniam tais condições.-----

Solicitando o uso da palavra, o Vereador José Pinto Leite disse que, a ser verdade, o facto de a Câmara não ter opção e que desde que houvesse listagem fossem aquelas as taxas, então no ponto seguinte onde se definiam as taxas não seria necessário efetuar aquela deliberação. Seria preciso deliberar nas outras que tinham intervalo de IMI entre 0,3 e 0,5, para que a Câmara definisse qual seria e as outras, que não tinham intervalo, não tinham de ser deliberadas. Na sua opinião, a Câmara não estava obrigada a tal. A situação do concelho era de despovoamento e de pessoas que, com rendimentos ínfimos, herdaram um palheiro qualquer no meio do campo e em mau estado, e viam o valor de IMI a pagar ser triplicado. Mais disse que já no ano passado se tinha tentado, em reunião de Câmara, arranjar uma solução para se livrarem as freguesias daquela situação, mas depois, por qualquer motivo, não foi encontrada e foram todas taxadas. Politicamente, o que estavam a tentar fazer era às pessoas com fracos rendimentos e que tinham tido recebido de herança uma casa abandonada, sem hipótese de recuperar ou arrendar, arranjar-se uma maneira jurídica de não as prejudicar. -----

No uso da palavra, Hugo Capote disse que aquela era uma lei claramente feita a pensar em Lisboa e Porto e não para o interior do País, onde a maior parte das situações apanhava pessoas idosas e sem capacidade de fazer a renovação dos imóveis. Se aquilo fosse uma imposição legal, como a majoração o era, entendia que a única forma para boicotar era não fazer a listagem. -----

O Presidente da mesa propôs que se alterasse o título do ponto 10 para: “Aprovação da listagem dos prédios em ruínas, degradados e devolutos”. -----

No uso da palavra, Rui Simplício disse que ao aprovarem aquela listagem, a mesma iria automaticamente para as Finanças, onde aplicariam a majoração dos 30%. A forma para fugir àquilo, se quisessem, seria chumbar a referida listagem. -----

No uso da palavra, Luís Testa salientou que aquela confusão ali gerada era um problema da produção legislativa do País, porque se produziam leis de forma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

avulsa e desconexa, sem ter em atenção as realidades locais e, pior ainda, sem ter em atenção as atribuições e competências dos órgãos. Acrescentou que a lei definia a majoração, mas a competência para aprovação das taxas e impostos municipais era da Assembleia Municipal. Portanto, a Assembleia Municipal estava obrigada a aprovar uma decorrência da própria lei, o que era inacreditável. Disse ainda que estavam ali perante uma competência que era da Assembleia, mas que estava condicionada pela lei e, na verdade, perante a existência de uma lei que era um diploma com uma força legal superior à dos regulamentos municipais, deveriam estar dispensados daquele ultraje de serem confrontados perante um facto consumado e de nem sequer o poderem discutir. Quanto à listagem, referiu que lhe parecia ser feita de forma técnica e avaliada como tal, mas, no entanto, existia uma forma de, politicamente, agir sobre aquelas questões. Como acontecia em muitos outros concelhos, os municípios tomavam posse administrativa dos edifícios em ruínas que normalmente e invariavelmente eram heranças, por vezes indivisas e muitas vezes património de pessoas que se queriam ver livres do seu próprio património, para depois se fazerem ressarcir perante o proprietário através da posse definitiva do imóvel, para o colocarem ao serviço das populações, nomeadamente através de apoio à habitação social ou a jovens. Por último, disse que tinham de definir qual era a política, do ponto de vista do parque habitacional de Portalegre, que queriam para o próprio concelho.-----

Novamente usando da palavra, Rui Simplício disse que da lista que consultou conhecia algumas pessoas que não tinham, efetivamente, alguma hipótese de mandar arranjar os prédios que estavam em ruínas. Conhecendo razoavelmente o mercado de arrendamento em Portalegre, sabia ser difícil arrendarem-se edifícios atualmente. E, portanto, estarem ali a aprovar uma listagem, embora tecnicamente perfeita, estavam também a aprovar a majoração da lei geral do País. Posto aquilo, disse não poder concordar com aquilo e saiu da sala para não cometer nenhuma ilegalidade, naquele aspeto. Por fim, referiu que a situação tinha de ser tratada de outra maneira e achava incompreensível que os fundos imobiliários não pagassem IMI e que, por outro lado, os desgraçados que não tinham meios financeiros fossem obrigados a pagar.-----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro questionou se aquela listagem era completa, com todos os imóveis que estavam em ruínas, degradados ou devolutos. Propôs à Câmara Municipal que apresentasse numa próxima Assembleia uma proposta sobre os critérios a seguir na elaboração da listagem, visto que a opção ali era a de ou aceitar uma listagem completa, ou uma listagem elaborada segundo determinados critérios definidos pelos presentes, de modo a dizer que seriam os imóveis de determinada zona e que cumprissem certos critérios.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, Luís Alentejano, quanto às casas devolutas ou em ruínas, disse que se nada fizessem as pessoas não fariam nada para reparar as mesmas e que o problema era de quem tivesse um vizinho com a casa em ruínas e depois não conseguia fazer nada com as infiltrações.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse ser importante o trabalho do levantamento e que administrativamente a Câmara devia acionar os proprietários. Concluiu, dizendo que iria votar contra aquela solução para obviar à constituição da referida lista. -----

No uso da palavra, Sílvia Relvas confessou estar estupefacta por descobrir que a sua casa, de utilização diária, a qual estava em perfeitas condições, se encontrava naquela lista dos prédios devolutos, em nome de outra pessoa que não o seu pai. -----

O Presidente da mesa disse que tal facto lhes colocava ali outro problema. Solicitou explicações à Presidente da Câmara sobre o assunto. -----

A Presidente da Câmara informou que num levantamento daquele tipo, por vezes, havia lapsos. No entanto, os serviços notificavam sempre as pessoas envolvidas, as quais tinham um período para reclamar. Evidentemente que voltariam atrás sempre que necessário e apresentou as suas desculpas pelo sucedido. Relativamente à legalidade da aprovação, ou não, da lista, disse ter algumas dúvidas e realçou que havia algumas pessoas, com mais dificuldades financeiras, isentas do pagamento do IMI. Disse ainda existir uma proposta que estava a ser analisada para minimizar os danos que podiam advir da aprovação daquela listagem. Por último, referiu não saber até que ponto seria legal o facto de não aprovarem ali uma lista já existente, uma vez que constituía uma receita importante, não só para a Câmara, como para as Juntas de Freguesia. -----

Solicitando o uso da palavra, Jorge Isidro disse que, pelo que ali tinha sido constatado, jamais poderia aprovar uma lista que estava errada.-----

Usando novamente da palavra, a Presidente da Câmara acrescentou que o lapso até podia nem ser dos serviços da Câmara, uma vez que as matrizes tinham sido pedidas às Finanças e podiam as mesmas não estar atualizadas. Lembrou que tinham propostas, uma até já aprovada por unanimidade em reunião do executivo, para alargarem alguns incentivos, em termos de reabilitação urbana, à parte rural. -----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara como é que os serviços técnicos da Câmara tinham chegado à conclusão que o prédio em causa era devoluto.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, a Presidente da Câmara voltou a dizer que já tinha assumido o lapso e lembrou que as pessoas notificadas tinham um prazo estabelecido para se pronunciarem.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo perguntou se estavam quantificados, em termos de receita adicional do IMI, os montantes que iriam impactar com aquelas alterações.-----

A Presidente da Câmara disse que não estavam quantificados.-----

Usando da palavra, João Cardoso entendia que o mais importante naquela questão era a existência de algo mais grave e dizia respeito ao facto dos fundos imobiliários estarem isentos do pagamento de IMI (igrejas, misericórdias, partidos políticos, etc.) e serem ainda grandes proprietários, alguns deles, nos centros das cidades. Entendia ser importante, olhando para o centro da cidade, tentar perceber a lógica da existência de uma série de prédios devolutos e que tal facto tem vindo a contribuir para prejudicar a imagem de Portalegre. Mais disse que o espírito subjacente àquela legislação tinha a ver com a tentativa das Câmaras tomarem conta dos prédios, ou obrigar os proprietários a entenderem-se, quando há desentendimentos entre herdeiros, por exemplo.-----

O Presidente da mesa disse que, relativamente àquela lista, iria sempre votar a favor, até porque na mesma identificou vários construtores conhecidos com várias casas em mau estado, assim como alguns nomes de famílias consideradas da cidade e que não lhe agradaria, pessoalmente, premiar a incúria.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse que o órgão Câmara Municipal e o órgão Assembleia Municipal não eram meros serviços administrativos, que estivessem obrigados aos deveres de notificação e comprovação dos prazos de reclamação, sendo papel daqueles o da observância da segurança jurídica daquilo que era ali aprovado. Portanto, se verificassem que uma lista estava incorreta, seria um vício de tal forma evidente que os impedia de aprovar politicamente a mesma, ainda que houvesse mecanismos de salvaguarda dos interessados. Entendia ainda que deveriam considerar que, verificados erros grosseiros na listagem, não tinham condições para a aprovar.

No uso da palavra, Rui Simplício referiu que as casas que estavam degradadas tinham um valor patrimonial mais baixo do que as outras. Entendia também que havia proprietários naquela lista que não lhe parecia que não arranjassem dinheiro para arranjar as casas, porque tinham poderes financeiros para tal. ----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra João Cardoso disse que também não seria favorável à questão das misericórdias, porque algumas mantinham certos imóveis devolutos, nos centros das cidades.-----

O Presidente da mesa sugeriu que a lista em debate fosse aperfeiçoada, de maneira a ir à próxima reunião, já com os erros corrigidos.-----

No uso da palavra, o Vereador Miguel Monteiro informou aos presentes que aquilo que certificava a propriedade de um prédio não era a sua inscrição na matriz predial urbana, do serviço de Finanças de Portalegre, mas sim no registo predial. Portanto, a própria listagem poderia sair prejudicada, se a lista tivesse apenas como base aquilo que existia descrito na matriz predial do serviço de Finanças. O mais importante seria, da parte do município, conseguir abrir uma porta para que os erros evidentes se pudessem corrigir, mesmo após o prazo deliberado por lei.-----

O Presidente da mesa entendeu por bem manter a proposta e disse que iriam passar à votação da mesma.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou retirar o assunto, para melhor análise.-----

### **11 – Proposta de Taxas a aplicar para o ano de 2015;**

- Deliberação de 22.09.2014 -

Presente proposta do Gabinete de Apoio à Presidência, de 17 de setembro de 2014, referente às taxas a aplicar para o ano de 2015. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fixação das seguintes taxas, a vigorar no ano de 2015:-----

- a) Derrama: 0,0 €;-----
- b) TMDP: 0,25%;-----
- c) Participação no IRS: 5%;-----
- d) IMI de 0,7% para prédios urbanos ainda não avaliados nos termos do CIMI; -
- e) IMI de 0,4% para prédios urbanos já avaliados nos termos do CIMI;-----
- f) Minoração em 30% do IMI da Zona Industrial (3ª fase e expansão), para todos os lotes cujos proprietários estejam a cumprir com o estabelecido no regulamento de venda, tendo em vista o combate à desertificação;-----
- g) Minoração em 30% do IMI das Zona Históricas de Portalegre e Alegrete;-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- h)** Majoração em 30% do IMI dos prédios urbanos degradados (nos termos do nº 2 do artigo 89 do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação;
- i)** Majoração em 200% (triplo) do IMI dos prédios urbanos devolutos (nos termos D.L. 159/2006);-----
- j)** Majoração em 200% (triplo) do IMI nos casos de prédios urbanos em ruínas (nos termos do nº 3 do artigo 89 do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação; -----
- l)** Isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis em prédios urbanos, localizados na Área de Reabilitação Urbana de Portalegre e Alegrete, e que tenham sido objeto de ações de reabilitação, por um período de cinco anos a contar do ano, inclusive de conclusão da reabilitação (n.º 7.º, do art.º 71.º, do EBF); -----
- m)** Isenção do Imposto Municipal de Transações Onerosas de Imóveis (IMT) para a aquisição de prédio urbano, ou de fração autónoma, destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, desde que localizado na Área de Reabilitação Urbana de Portalegre (nº 8, do art.º 71.º, do EBF) e Alegrete. -----

Solicitando o uso da palavra, Jorge Isidro lembrou ali ter já manifestado a sua discordância em relação à minoração do IMI, em 30%, na Zona Industrial, com exceção dos lotes cujos proprietários se encontravam em incumprimento. Disse ter fundamentado tal discordância com o princípio da equidade e entendia que não deviam ser tratadas de forma diferente as situações iguais, pois em nada se justificava atribuir-se a redução de 30% a uns e nada a outros e, naquele sentido, propôs que o executivo reduzisse a percentagem e atribuísse a todos, por igual. Por último, perguntou se o executivo ponderava aquele seu contributo.-----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que o executivo tinha aceitado, por unanimidade, as questões colocadas. -----

Novamente no uso da palavra, Jorge Isidro referiu que não era com aquele tipo de atitude que o executivo conseguiria captar mais investimento para Portalegre. Lembrou que, aquando do programa eleitoral, o jornal de campanha dizia o seguinte: “A existência de um tecido económico forte e dinâmico é condição indispensável para o desenvolvimento e crescimento do nosso concelho, pela via da criação de emprego e riqueza. Nesse sentido, a Câmara municipal fará tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar os cidadãos, as empresas e outras entidades e para criar novos investimentos.” Perante tal, chegava-se à conclusão de que não estavam a cumprir nada daquilo, o que deveria ser preocupante. Ao menos que dessem condições aos empresários que já lá estavam instalados. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Hugo Capote voltou a perguntar até que ponto é que eram obrigados a ter que votar, favoravelmente, uma imposição que era legal. Naquele ponto em concreto, entendia que, enquanto elementos de uma Assembleia Municipal autónoma, tinham direito a tomar uma posição política. Salientou que embora concordasse com algumas minorações, por outro lado já não concordava com as majorações apresentadas. -----

No uso da palavra, Raúl Cordeiro relembrou ali uma questão já debatida no ano passado, que tinha a ver com a participação no IRS, daqueles 5% ali mencionados, na medida em que o desafio que tinha sido feito, em sede de Assembleia, foi de que uma parte daqueles 5% fosse “devolvido” aos contribuintes do concelho de Portalegre, sob a forma duma rubrica destinada ao orçamento participativo. Perguntou qual era o ponto em que estava o orçamento participativo para 2014 e qual o impacto que teria cada décima de diminuição da participação dos 5% do IRS, por parte da autarquia? -----

Usando da palavra, Cristóvão Crespo disse concordar com o valor da derrama e entendia que os princípios estavam corretos, em termos do que seria importante. Afigurava-se-lhe também que o IMI de 0,7%, na alínea d), para os prédios urbanos não avaliados teria sido revogado em orçamento de Estado e acabava por ser redundante a sua aprovação. -----

No uso da palavra, a Presidente da Câmara propôs a isenção total da derrama, como incentivo a que as empresas se instalassem na Zona Industrial. Relembrou que estavam isentas aquelas com um valor de negócios até 150.000€ e, atualmente propunham a isenção total. Quanto ao montante dos 5% de IRS, disse não saber ao certo qual o montante em causa e forneceria depois tal informação. -----

No uso da palavra, Rui Simplício disse que estavam ali a discutir receitas do município e uma tabela de taxas das quais não sabiam, em termos parcelares, qual a repercussão na receita geral. Obviamente que havia taxas com as quais não concordavam, em função das receitas que eram expectáveis. Naquele sentido, não poderia votar favoravelmente. -----

A Presidente da Câmara chamou a atenção para o facto de as taxas terem de ser aprovadas até àquela data, impreterivelmente. Contudo, iria tentar saber ao certo. -----

No uso da palavra, Luís Testa referiu que as taxas não tinham de ser aprovadas, impreterivelmente, naquele dia. Poderiam, sim, ter de ser objeto de deliberação, mas podendo ser reprovadas. No entanto, a Presidente deveria ter respondido que deveria ter consolidado o universo das taxas, por precisar de fazer o orçamento e de modo a dimensionar a receita previsível. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara voltou a dizer que as taxas tinham de ser deliberadas naquela sessão e iria trazer os dados atrás referidos. Quanto à isenção da derrama, informou que constituía uma receita na ordem dos 100.000€ para a Câmara e, de todas as receitas já analisadas, aquela era a única possível de libertar.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, aprovar as taxas a aplicar para o ano de 2015.-----

### **Declaração de voto** – (Jorge Isidro - Independente)

“Manifestei através de declaração de voto, na Assembleia Municipal realizada em 31 de outubro de 2013, precisamente sobre este assunto, a minha discordância em relação à proposta apresentada em relação ao 3.º ponto da ordem do dia, alínea g), a qual dizia e passo a citar: “Minoração em 30% do IMI da Zona Industrial (3.ª fase e expansão), com exceção dos lotes cujos proprietários se encontram em incumprimento.”

Fundamentando a minha discordância no princípio da equidade, entendia e entendo que não devem ser tratados de forma diferente situações iguais e em nada se justifica estar a atribuir uma minoração de 30% a uns e nada a outros. Estas situações só contribuem para a insatisfação dos empresários e afastam novos investidores.

Um qualquer empresário, ao analisar a forma como a autarquia trata estes assuntos, perde a confiança e quando deixa de existir confiança não existe investimento.

Ora, se a autarquia pensa e com esta proposta demonstra que pensa, porque refere na alínea f) – minoração em 30% do IMI da Zona Industrial para todos os lotes cujos proprietários estejam a cumprir com o estabelecido no regulamento de venda, tendo em vista o combate à desertificação. Se é com este tipo de medidas que vai resolver o problema da desertificação e vai captar mais investimento, estamos todos metidos num grande problema, porque não vai. Como já referi, vai é piorar a situação.

Deveriam era preocupar-se em dar condições àqueles que já estão instalados, para cá continuarem, o que não acontece e, um dos exemplos era o facto da Av.ª Francisco Fino estar, há quase dois anos, com o pavimento esburacado, o que cria grandes problemas aos empresários ali instalados e a quem ali circula e a autarquia, embora tenha sido alertada várias vezes e por várias pessoas, nada faz, nem responde aos eleitos na Assembleia Municipal sobre este assunto. Mas, no jornal de campanha, quando necessitava dos votos do povo, referia o seguinte e passo a citar:

“A existência de um tecido económico forte e dinâmico é condição indispensável para o desenvolvimento e crescimento do nosso concelho, pela via da criação de emprego e riqueza. Neste sentido, a Câmara municipal fará



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar os cidadãos, as empresas e outras entidades e para atrair novos investidores.”

Já em várias assembleias descrevi um conjunto de problemas e erros cometidos na Zona Industrial, contra os empresários, e nunca obtive respostas nem verifiquei qualquer retificação aos assuntos colocados.

Constato agora, com esta proposta, que para além de não se terem preocupado em analisar a recomendação que fiz na declaração de voto, apresentada em 31 de outubro de 2013, a ignoraram em absoluto; consistia no seguinte: “Não estando o executivo em condições de perder receitas pela elevada dívida da autarquia e nesse sentido não ter condições em minorar em 30% do IMI toda a zona industrial, que reduzisse os 30% a outra percentagem e atribuísse a todos.”; foi isto que sugeri e que o executivo não considerou nem teve o cuidado de explicar o porquê.

Perante este comportamento, não tenho outra alternativa que é votar contra, porque não quero contribuir para a criação de desigualdades.”

### **12 – Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial de Portalegre/Alteração – Medidas Preventivas – Parecer da CCDRA;**

- Deliberação de 22.09.2014 –

Presente informação nº 131 da Divisão de Ordenamento, Planeamento e Gestão Urbanística, de 12 de setembro de 2014 relativa ao Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial de Portalegre – Alteração – Medidas preventivas – Parecer da CCDRA, com informação da DOPGU de 15/09/2014 a propor a aprovação das medidas preventivas, e o envio da mesma à Assembleia Municipal para aprovação, ao abrigo do ponto 1 do art.º 109.º do RJIGT. A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar o estabelecimento das medidas preventivas.-----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar as referidas medidas preventivas.-----

### **13 – Protocolo de Competências/Juntas de Freguesia;**

- Deliberação de 22.09.2014 –

Presente proposta de protocolo de delegação de competências das Juntas de Freguesia. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite e Miguel Monteiro e com a abstenção do Vereador Luís Pargana aprovar a presente proposta de protocolo de delegação de competências para as juntas de freguesia.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Presidente da mesa informou já ter falado com a Presidente da Câmara sobre aquela questão e que a mesma se tinha comprometido, dentro de um prazo curto, efetuar a transferência de verbas que estavam subjacentes àquele protocolo.-----

No uso da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia de Fortios, Manuel Carvalho, perguntou à Presidente da Câmara como é que tinham desaparecido dos acordos de execução da União das freguesias de Sé e São Lourenço, assim como da freguesia de Urra, a parte referente à cláusula 4.<sup>a</sup> (recursos humanos e materiais), constante e aprovada na reunião de Câmara do dia 22 de setembro de 2014, onde previam a continuação de transferências de meios humanos pagos pela Câmara, para aquelas freguesias. Também perguntou se, apesar de na versão que lhes tinha chegado, já não constar a cláusula 4.<sup>a</sup>, com o teor aprovado em sessão de Câmara, os efeitos da mesma continuariam a verificar-se, ou melhor, os funcionários continuariam ao serviço das freguesias e a Câmara pagaria os seus vencimentos. Perante tal, disse que a Presidente deveria informar àquela Assembleia quem eram os funcionários que estavam, há alguns anos, ao serviço das freguesias da Sé e da Urra e que tinham sido pagos pela Câmara, ao abrigo do anterior protocolo, para que se pudesse verificar se, no futuro, a situação se manteria, originando um tratamento desigual em relação às restantes freguesias. Por último, lembrou à Presidente da Câmara e a todos os presentes que nos anos de 2012 e 2013 as freguesias tinham recebido um valor de 2500€/ano por conta do protocolo que, no seu entender, continuaria em vigor por não ter sido denunciado por escrito, por qualquer das partes, o qual previa um apoio financeiro de cerca de 29.000€/ano e que continuou a ser cumprido pelas freguesias nas competências que lhes foram delegadas. Portanto, as freguesias de Sé e Urra foram beneficiadas naqueles dois anos em cerca de 7.500€/ano, por estarem a usufruir de trabalho de funcionários pagos pela Câmara, enquanto as outras freguesias tiveram de pagar a todos os funcionários ao seu serviço e não foram compensadas pela desigualdade de tratamento. -----

A Presidente da Câmara disse que sempre foi política da autarquia tratar todos de igual modo. Recordou que tinha sido deduzido ao subsídio entregue à Junta de Freguesia da Urra e à Junta de Freguesia da Sé o referido valor e tinham os documentos demonstrativos de tal facto. Portanto, não correspondia à verdade haver tratamentos desiguais. -----

No uso da palavra, o Vereador António Landeiro informou que a razão porque tinha sido retirada a cláusula do protocolo das freguesias tinha a ver com o facto de já na reunião de Câmara não constar o anexo relativo aos dois funcionários, uma vez que se encontravam quase sempre de baixa. Em função de novas perspetivas, contemplariam todas as competências e todas as situações inerentes às Juntas de Freguesia. Atualmente, a sua preocupação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

em relação ao protocolo era, efetivamente, a de poder atribuir às juntas, de forma equilibrada e justa, os 50.000€ disponíveis para o efeito e não tinha dúvida de que a distribuição era justa. Naturalmente que aquele protocolo estava longe de ser perfeito, pois a Câmara também não tinha capacidade financeira para todas as competências. Aquela era a distribuição possível. -----

No uso da palavra, Manuel Carvalho, relativamente à resposta da Sr.<sup>a</sup> Presidente, lembrou que no ano de 2012 e 2013 não tinha havido valor suficiente para deduzir os 7.500€ correspondentes a cada funcionário que estava nas freguesias atrás referidas. Portanto, aquelas juntas que não tinham funcionários foram prejudicadas. -----

A Presidente da Câmara disse que não foram prejudicadas porque, inclusivamente, tinham sido enviados materiais para as outras freguesias. -----

Novamente no uso da palavra, Manuel Carvalho afirmou que para os Fortios não tinham enviado materiais nenhuns. Salientou que a resposta dada não era satisfatória. -----

No uso da palavra, a Presidente da Junta de Freguesia da Alagoa, Vera Caixeiro disse que cada um dos Presidentes de Junta ali presentes tinha prioridade em dar a sua opinião e ver esclarecidas todas as dúvidas pois era principalmente a eles que o protocolo visava. -----

O Presidente da mesa disse não poder aceitar a sugestão porque senão teria de privilegiar uns em função de outros. -----

Solicitando o uso da palavra, Cristóvão Crespo disse estar expectante relativamente àquilo que os Presidentes de Junta tinham para dizer e que, à partida, a sua posição seria favorável, porque era melhor existir um protocolo, do que não existir. -----

Usando da palavra, o Presidente da Junta de Urra, João Janeiro disse que nunca recebeu as verbas mencionadas pelo Presidente da Junta de Fortios. Referiu que até há pouco tempo atrás, sempre houve uma pessoa a trabalhar na Junta, mas depois a mesma teve problemas de saúde e não colocaram mais ninguém. Lembrou que, aquando da distribuição dos valores, os Fortios tinham sido beneficiados nas despesas gastas nas escolas, além de que as outras freguesias efetuavam a manutenção nas suas escolas e os Fortios não. Aquela parte nunca tinha sido descontada e, no entanto, não foi mencionada. --

Novamente no uso da palavra, Vera Caixeiro, lamentou o facto de o protocolo ter já ter sido retirado da Assembleia anterior e foi ali deixado quase para último ponto da ordem, quando à priori se saberia que era necessário um debate



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

sério, sobre um assunto como aquele. Mais disse não ser contra a essência do mesmo e concordava com a forma como tinha sido elaborado mas, no entanto, era contra o valor das verbas destinadas e só poderia aceitar que assim fosse se tivesse a garantia da Câmara de que, no próximo orçamento, as Juntas seriam vistas de uma forma completamente diferente. Na sua opinião, nenhum dos seus colegas tinha a verba que deveria, para fazer face às necessidades. As juntas não tinham dinheiro mas continuavam a fazer o trabalho e a ter de dar a cara às populações. Aquilo que a Câmara estava a transferir eram tarefas, mas as mesmas não se faziam sem pessoas. Por último, sugeriu que no protocolo fosse colocado um valor máximo para execução das diversas tarefas. Perguntou se a Câmara iria continuar a assumir algum apoio. Perguntou ainda se aquele protocolo seria válido até outubro do próximo ano, ou até fim 31 de dezembro de 2014. -----

Em resposta, a Presidente da Câmara disse que, obviamente, todos estavam de acordo que a verba atribuída às freguesias era diminuta. Iriam fazer um esforço para que a mesma fosse aumentada para o próximo orçamento. Concluiu, dizendo que, quanto ao apoio da Câmara iria continuar, assegurando os cuidados mínimos às juntas. -----

No uso da palavra, João Janeiro chamou a atenção que quando o Vereador Ihes enviou os protocolos, para possíveis correções, se tinha apercebido pela leitura do mesmo, que não poderia aceitar que lá constassem “conservações ou arranjos”, mas apenas “pequenas conservações e pequenos arranjos”. As alterações que o próprio sugeriu foram feitas. No entanto, apercebeu-se de protocolos em que não foram feitas nenhuma alteração. Disse inclusive, que na Assembleia de Freguesia já tinham aproveitado para aprovar o protocolo, na expectativa de que fosse ali aprovado, para que a Câmara Ihes faculte a verba necessária. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que aquela discussão não derivava nem da letra do protocolo, nem da intenção do mesmo, mas sim da construção daquele orçamento. As juntas até poderiam efetuar grandes reparações se fossem acompanhadas pelos envelopes financeiros correspondentes às atribuições e competências vertidas nos protocolos. Contudo, não havia garantias da verba, ou sequer cabimentação e fundos disponíveis, para o que estava vertido na letra do protocolo. Perante tal, dentro de poucos dias poderiam estar confrontados com a possibilidade de terem assinado um protocolo, de boa fé, mas para o qual o Município não terá fundos disponíveis para as verbas orçamentadas e cabimentadas. Era necessário ter-se plena consciência do que estavam ali a aprovar porque, da aprovação daquele protocolo, poderiam decorrer obrigações que podiam ser legalmente exigíveis por terceiros, relativamente às Juntas de Freguesia. Mais referiu que tais obrigações poderiam ser passíveis de direito de regresso, relativamente ao



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Município. Chamou a atenção para o facto de, no decorrer daquela semana, o Município ter pago subsídios, com verbas relativamente às quais não havia fundos disponíveis.-----

No uso da palavra, Hugo Capote perguntou se aquele protocolo tinha já sido aprovado pela Câmara e pelas Juntas.-----

O Presidente da mesa lembrou aos presentes que existiam juntas de freguesia que precisavam urgentemente das verbas. Portanto, iria colocar o ponto à votação.-----

Usando da palavra, o Presidente da União de Freguesias da Sé e S. Lourenço disse que qualquer uma das freguesias precisava muito daquele dinheiro e que o trabalho já estava feito. -----

O Presidente da mesa informou que teve o cuidado de falar com os Presidentes das juntas, para que a Assembleia se realizasse após as reuniões das Assembleias de Freguesia.-----

No uso da palavra, o Presidente da União de Freguesias de Sé e S. Lourenço, Artur Correia, disse que já tinham reunido e que ainda iriam marcar uma assembleia extraordinária, visto existirem algumas dúvidas por esclarecer. Referiu que não tinha sido feito um estudo em condições e que a verba de 50.000€ era irrisória. Relativamente à Junta que presidia, alertou o Vereador para o facto de existirem protocolos, a nível do País, aprovados e devidamente adjudicados e que a ANAFRE os tinha disponíveis. Quanto à questão das escolas, lembrou que, na cidade, a União de Freguesias tinha necessidade de ir buscar mais de 10 pessoas. Sem dúvida que a questão principal eram as crianças e aquela tinha sido uma das conversas que já tinham tido com o Vereador. Mais disse que era necessário assumir o facto de a realidade ser outra e as necessidades das freguesias, com as novas incumbências serem grandes. Lembrou que o Vereador já tinha assumido que a duração daquele protocolo seria até dezembro de 2014. Na sua opinião, não era de bom tom darem ali exemplos do que se passava nas outras juntas e que o grave da situação seria se nenhum chegasse a receber aquela verba.-----

No uso da palavra, o presidente da Junta de Freguesia de Alegrete, Luís Ricardo, disse que a sua junta ainda não tinha feito a reunião, iria realizá-la no princípio do mês de outubro e que obviamente gostaria de ver aquele ponto aprovado na Assembleia. Os traços gerais do protocolo já os tinha apresentado e destacou que já andavam, há praticamente um ano, a trabalhar sem que a verba tivesse chegado às freguesias. Acrescentou que era muito importante aprovarem a verba, por pouca que fosse, pois o dinheiro fazia-lhes bastante falta nas contas.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Solicitando o uso da palavra, o Presidente da União de Freguesias de Reguengo e S. Julião, Bruno Calha, disse que o seu protocolo já tinha ido à Assembleia de Freguesia, mas com a ressalva de retirar a rubrica que mencionava a substituição de mobiliário urbano. Contudo, a questão já estava corrigida.-----

Novamente no uso da palavra, João Janeiro disse que o protocolo já tinha sido aprovado, na Freguesia da Urra. -----

Usando da palavra, Manuel Carvalho disse que a reunião da Assembleia de Freguesia, nos Fortios, se realizaria no dia seguinte.-----

No uso da palavra, Vera Caixeiro também informou que, na Alagoa, se iria realizar também no dia seguinte. -----

No uso da palavra, o Vereador Landeiro informou que o modelo de execução do protocolo em causa só tinha ido a reunião do executivo depois de ter reunido o consenso da maioria das Juntas de Freguesia. Procurou-se, de acordo com aquilo que era o modelo, ir de encontro às preocupações das mesmas, nomeadamente, ao mobiliário, às pequenas reparações. As coisas foram simplificadas ao máximo, precisamente para ser possível reunir um consenso alargado entre os Presidentes de Junta. -----

Novamente no uso da palavra, Hugo Capote questionou porque é que não tinha sido na Assembleia Municipal que culminou todo o processo, sendo aquele o órgão máximo do concelho. Como é que iriam deliberar a assinatura de um protocolo com as juntas, quando algumas nem sequer tinham aprovado nada, em Assembleia de Freguesia.-----

No uso da palavra, João Cardoso disse parecer-lhe que o facto de a Assembleia aprovar o conjunto dos protocolos não inviabilizaria que uma Junta, em particular, não o subscrevesse. -----

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes, na medida em que se não fosse aprovado naquela sessão, só já seria em outubro. Obviamente que deveria encontra-se ali uma forma legal de ultrapassar a questão.-----

Novamente no uso da palavra, Artur Correia disse que as Assembleias de Freguesia, a nível de informação, tinham sido já muito perto da realização da reunião de Câmara. Mais referiu que, na questão da substituição do mobiliário urbano, tal seria impraticável para a União de Juntas da cidade. Por último, informou que tinha ficado marcada uma reunião extraordinária para ser





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

discutido o protocolo e para se aceitar, ou não, o edifício da União de Freguesias. -----

No uso da palavra, Luís Testa disse que era competência do Presidente de Junta representar a freguesia em juízo e fora dele, à exceção das questões que eram de competência exclusiva da assembleia de freguesia, como era o caso da apreciação e deliberação dos protocolos. Questionou em que medida é que um presidente de junta seria parte na Assembleia Municipal, como elemento cooptado, em função de ser Presidente de Junta, para ter poderes, relativamente à representação da própria Junta, que eram da Assembleia de Freguesia. Embora fosse uma questão do ponto de vista formal e legal, que importava salvaguardar, porque os Presidente de Junta tinham a sua limitação de participação no órgão Assembleia Municipal, dentro daquilo que eram as suas competências exclusivas do órgão Assembleia de Freguesia.-----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 14 abstenções, aprovar o referido protocolo, para as Juntas de Freguesia.-----

### **Declaração de voto** – Jorge Isidro (Independente)

“Concordo com a transferência de competências para as Juntas de Freguesia, mas defendo que essas competências deviam ser acompanhadas com os meios necessários o que, infelizmente, não é o caso.

Manifestei através de declaração de voto, na discussão de orçamento e mapa de pessoal para 2014, que as transferências para as Juntas de Freguesia deveriam ser maiores. O executivo entendeu que não. Portanto, nada melhor que o tempo para demonstrar a realidade, que era a que se constata agora neste protocolo, que tem como objetivo a transferência de mais responsabilidades para as juntas, que com pouco dinheiro, como já era anteriormente, têm de resolver as situações.

O que quer dizer que os eleitos das juntas de Freguesia não vão conseguir cumprir as propostas que fizeram aos eleitores e, muito menos, aquelas que estão no protocolo.

Entendo ainda que não é difícil chegar a essa conclusão, depois de fazer uma leitura atenta ao quadro apresentado na proposta.

Abstive-me porque os Presidentes das Juntas precisavam imenso do documento aprovado.”

### **Declaração de voto** – Manuel Carvalho (PS)

“É notória a insuficiência das verbas agora aprovadas neste protocolo. Tenho alguma esperança que a Câmara, que neste momento governa Portalegre,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tenha noção de sensatez e justiça e faça com que nos próximos anos, as verbas destinadas às Freguesias sejam significativamente aumentadas.”

### **14 – Ajuste Direto – Lei das Finanças Locais – Revisor Oficial de Contas;**

- Deliberação de 22.09.2014 –

Presente informação nº. 3164 do Serviço de Compras e Contratação Pública de 16 de setembro de 2014 remetendo Relatório Final do procedimento “Lei das Finanças Locais – Revisor Oficial de Contas”, para efeitos de adjudicação à empresa Mariquito Correia & Associados, pelo valor total de € 44 000,00 acrescido de IVA, pelo período de 4 anos. A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, adjudicar à empresa Mariquito Correia & Associados. Mais foi deliberado, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal nos termos do nº 1 do art.º 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro para efeitos de nomeação do ROC.-----

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que os pressupostos do ajuste direto inicial tinham-se mantido quase intactos e considerava que para alterar a situação teriam de, eventualmente, mudar o prazo do ajuste, porque 4 anos era excessivo. Não acompanhava aquilo que era proposto pela Câmara Municipal.

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 7 abstenções, aprovar o ajuste direto. -----

### **Aprovação em Minuta:**

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

**FALTAS:** Não houve faltas a registar. -----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 5.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 03.45 h, do dia 30 de setembro do ano de 2014 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----